

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE HISTÓRIA

JULIANNA CAROLINA FERREIRA MENDES

Em defesa do saber feminino na obra *A cidade das damas*, de Christine de
Pizan (1405)

São Luís - MA
2025

JULIANNA CAROLINA FERREIRA MENDES

Em defesa do saber feminino na obra *A cidade das damas*, de Christine de
Pizan (1405)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para
o grau de licenciatura em História.
Orientador(a): Profa. Dra. Adriana Maria de
Souza Zierer.

São Luís - MA

2025

Mendes, Julianna Carolina Ferreira.

Em defesa do saber feminino na obra A Cidade das damas, de Christine de Pizan (1405) / Julianna Carolina Ferreira Mendes. – São Luís, 2025.

76 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

1. Christine de Pizan. 2. Saber feminino. 3. Mulheres intelectuais. 4. A Cidade das Damas. 5. Idade Média. 6. Justiça epistêmica. I. Título.

CDU 94(100) "05/...":82-055.2

JULIANNA CAROLINA FERREIRA MENDES

Em defesa do saber feminino na obra A cidade das damas, de Christine de Pizan (1405)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção de grau de Licenciatura em História.

Aprovada em: 16/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Profa. Dra. Bianca Trindade Messias
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Profa. Dra. Natasha Nickolly Alhadeff Sampaio Mateus
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me agraciado com este momento e por ter conduzido toda a minha trajetória no curso de História da Universidade Estadual do Maranhão.

À minha orientadora, Professora Dra. Adriana Maria de Souza Zierer, por acreditar em mim desde o início da graduação, por nunca desistir de me orientar e pelas intervenções que aprimoraram cada etapa desta pesquisa.

À banca examinadora, pelas contribuições generosas que ampliaram o alcance deste estudo.

À Professora Dra. Elizabeth Sousa Abrantes, pelas considerações que enriqueceram e fortaleceram este trabalho.

Ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão e ao seu corpo docente, pelo ambiente intelectual, acolhedor e fundamental para minha formação.

À equipe da biblioteca, pelo apoio imprescindível na consulta a fontes e bibliografias.

Ao meu pai, por me dar forças todos os dias para nunca desistir dos meus objetivos.

À Noeme, pela presença constante em todos os momentos deste processo e de vida.

À Bruna, que esteve comigo nos momentos bons e ruins. Juntas conseguimos concluir esse percurso. Agradeço pela escuta atenta, pelas trocas e pela amizade sincera.

À Cydianny Mendes, pela paciência, pelo incentivo contínuo e pela confiança que me permitiu seguir adiante.

Às mulheres que inspiraram este trabalho, cujas vozes muitas vezes silenciadas deram sentido à pesquisa e justificaram a escolha deste tema.

Por fim, à Christine de Pizan, por ser corajosa e escrever *A Cidade das Damas*. Sua obra, construída em meio às contradições de seu tempo, permanece como um farol para os estudos de gênero, lembrando-nos de que a escrita pode ser espaço de refúgio, resistência e reconstrução simbólica.

“[...] Se fosse um hábito mandar as meninas à escola e ensinar-lhes as ciências, como o fazem com os meninos, elas aprenderiam e compreenderiam tão perfeitamente quanto eles” (Pizan, 2012, p.126).

RESUMO

Este trabalho explora como a obra *A Cidade das Damas* (1405), de Christine de Pizan, legitima o saber feminino. A obra utiliza uma arquitetura alegórica (Razão, Retidão e Justiça) e um vasto catálogo de exemplos de mulheres notáveis para construir critérios de autoridade intelectual feminina, desafiando a tradição misógina medieval e a “*querelle des femmes*”. Os objetivos específicos fundamentam-se na busca em mapear as tipologias de saber atribuídas às personagens exemplares (literário, político, técnico/artesanal e moral/teológico), identificar as estratégias retóricas que estruturam a persuasão (tríade alegórica, diálogo pedagógico, reinterpretação de autoridades) e demonstrar como a tradição misógina Medieval especialmente expressa no *Roman de la Rose*, foi confrontada por Christine de Pizan. A metodologia adota uma leitura histórico-intelectual e retórico-argumentativa, baseada em fontes secundárias de acesso aberto. Os resultados demonstram que Christine de Pizan defende a igualdade intelectual feminina, condicionada ao acesso à instrução e à experiência, deslocando explicações essencialistas para uma abordagem socioeducacional. O catálogo de exemplos funciona como prova e material pedagógico, reordenando a memória de feitos femininos com base em utilidade pública, virtudes e obras. Conclui-se que a “cidade” atua como fortaleza, arquivo e escola, promovendo um modelo de “justiça epistêmica” (processo de reparação das injustiças sofridas pelas mulheres enquanto sujeitos do conhecimento) com relevância atual.

Palavras-chave: Christine de Pizan. Saber feminino. Mulheres intelectuais. *A Cidade das Damas*. Idade Média. Justiça epistêmica.

ABSTRACT

This thesis examines how Christine de Pizan's *The Book of the City of Ladies* (1405) legitimizes women's knowledge. The work employs an allegorical architecture (Reason, Rectitude, and Justice) and a broad catalogue of examples of notable women to establish criteria for female intellectual authority, challenging medieval misogynistic tradition and the "querelle des femmes". The specific objectives are based on mapping the typologies of knowledge attributed to the exemplary characters (literary, political, technical/craft, and moral/theological), identifying the rhetorical strategies that structure persuasion (allegorical triad, pedagogical dialogue, reinterpretation of authorities), and demonstrating how the misogynistic Medieval tradition, especially as expressed in the *Roman de la Rose*, was confronted by Christine de Pizan. The methodology adopts a historical-intellectual and rhetorical-argumentative approach, based on open-access secondary sources. Findings indicate that Christine shifts essentialist explanations toward a socio-educational reading of differences, advocating for intellectual equipotentiality conditioned by access to schooling and experience. The catalogue of examples serves as both proof and pedagogical material, reordering the memory of women's achievements around public utility, virtues, and authorship. It is concluded that the "city" functions simultaneously as a fortress, archive, and school, offering a model of "epistemic justice" (a process of repairing injustices suffered by women as subjects of knowledge) with contemporary resonance.

Keywords: Christine de Pizan. Female knowledge. Intellectual women. *The Book of the City of Ladies*. Middle Ages. epistemic justice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Adão e Eva recebendo o fruto proibido - <i>Des Cas Des Nobles hommes et femmes</i> , de Giovanni Boccaccio (1313-1371).....	18
Figura 2 - Christine de Pizan e as damas Razão, Retidão e Justiça, construindo a cidade ideal para as mulheres.....	30
Figura 3 - Cena do <i>Roman de La Rose</i> : Iluminura representando Ociosidade (<i>Oiseuse</i>) e Franqueza (<i>Franchise</i>) no jardim murado.....	48
Figura 4 - Christine de Pizan escrevendo em seu quarto.....	56
 Quadro 1 - Mulheres citadas por Christine de Pizan e seus tipos de saber	40
Quadro 2 - Exemplos de personagens femininas descritores (amostrais)	41
Quadro 3 – Troca de cartas e textos que compõem a <i>La Querelle do Roman de la Rose</i>	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A CONSTRUÇÃO MEDIEVAL DA INFERIORIDADE FEMININA: DO DISCURSO TEOLÓGICO À EXCLUSÃO LETRADA	14
1.1 Eva e Maria: um duplo padrão moral e epistêmico na Baixa Idade Média	16
1.2 Exclusão epistêmica e brechas de letramento: o acesso feminino à leitura e à escrita na Baixa Idade Média (séc. XI–XV).....	23
2 A CIDADE DAS DAMAS: UM ESPAÇO SIMBÓLICO DE RESISTÊNCIA...28	
2.1 As damas alegóricas: Razão, Retidão e Justiça.....	29
2.2 A função pedagógica das personagens: modelos de resistência e inspiração	34
3 O CONFRONTO COM A TRADIÇÃO MISÓGINA PRESENTE EM O ROMAN DE LA ROSE E O CONTRA-ARGUMENTO DE CHRISTINE DE PIZAN....	44
3.1 Christine de Pizan: vida, obra e relevância no cenário literário medieval	54
3.2 A importância da trajetória de Christine de Pizan na luta das mulheres	60
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	67
APENDICE A – Quadro de codificação dos exemplares.....	75

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a obra *A Cidade das Damas*, de Christine de Pizan, escrita em 1405. Essa produção insere-se no horizonte intelectual do final da Idade Média como uma intervenção sistemática contra a tradição misógina que, por séculos, desqualificou moral e intelectualmente as mulheres. Valendo-se de uma arquitetura alegórica¹ (Razão, Retidão e Justiça) e de uma galeria exemplar, Pizan afirma a racionalidade comum entre os sexos, reivindica o direito à educação e reordena a memória histórica para legitimar o saber feminino.

Parte-se, neste estudo, do seguinte problema de pesquisa: de que modo *A Cidade das Damas* constrói a legitimação do saber feminino e, por quais estratégias argumentativas, institui a figura da “mulher intelectual” como sujeito de conhecimento? A hipótese central sustenta que Christine de Pizan opera um duplo deslocamento: da teologia moral (pecado original, dualismo Eva/Maria) para critérios racionais e públicos de mérito (utilidade social, invenção, governo, autoria). Outra hipótese é a generalização difamatória para a prova histórica, por exemplo, convertendo o catálogo de mulheres notáveis em instrumento simultâneo de refutação e de pedagogia.

A justificativa repousa, de um lado, na relevância histórico-crítica de compreender uma resposta feminina erudita à *Querelle des femmes*, capaz de deslocar cânones e devolver centralidade a experiências, obras e práticas de conhecimento realizadas por mulheres; de outro, na pertinência formativa de explicitar critérios de autoridade e de leitura que dialogam com a história da educação e com os estudos de “gênero”, oferecendo instrumentos analíticos aplicáveis a outras fontes textuais.

O objetivo geral é examinar como a obra articula critérios de legitimação, virtude, utilidade social, invenção, governo e autoria, para sustentar a capacidade cognitiva e a autoridade epistêmica das mulheres. Como objetivos específicos, busca-se mapear as tipologias de saber atribuídas às personagens exemplares (literário,

¹ A alegoria é uma figura de linguagem e um recurso retórico que consiste em representar ideias abstratas, conceitos morais, políticos ou filosóficos através de imagens concretas, personagens, ações ou narrativas simbólicas, criando uma camada de significado figurativo (conotativo) além do literal, muitas vezes com um caráter didático ou crítico (Ceia, 1998). É uma metáfora expandida ou continuada, onde uma coisa é dita para significar outra, permitindo que toda uma narrativa funcione em dois níveis: o literal e o simbólico (Hansen, 1986).

político, técnico/artesanal e moral/teológico), identificar as estratégias retóricas que estruturam a persuasão (tríade alegórica, diálogo pedagógico, reinterpretação de autoridades) e demonstrar como a tradição misógina Medieval especialmente expressa no *Roman de la Rose*, foi confrontada por Christine de Pizan.

A presente pesquisa possui cunho qualitativo, fundamentada na análise interpretativa de fontes primárias (edição/tradução brasileira da obra de Christine de Pizan) e na revisão crítica de Literatura secundária especializada. O suporte bibliográfico principal articula autores clássicos da história das mulheres e dos estudos medievais (Georges Duby, Gerda Lerner, Joan Kelly, Rosalind Brown-Grant, Charity Cannon Willard). Além disso, a utilização da produção acadêmica brasileira contemporânea em História e Letras (Mariana Calado, Maria Cristina Leite, Gabriela Schmidt, Flávia Benevenuto, Luciana Deplagne, Ana Schmidt).

Adota-se uma abordagem histórico-intelectual combinada com análise retórico-argumentativa, centrada na edição/tradução brasileira de Luciana Eleonora Deplagne (Pizan, 2012) e em bibliografia crítica acessível. Além disso, também foram utilizadas imagens para embasar e complementar o estudo proposto. A análise procede em três capítulos. O **capítulo 1** traça que o contexto de inferiorização feminina na Idade Média é ligado principalmente à Igreja Católica Romana do Ocidente, por ter vinculado o corpo da mulher ao pecado e à exclusão.

O **capítulo 2** examina a estrutura alegórica e a função pedagógica das damas. A autora usa as figuras Razão, Retidão e Justiça para criar uma cidade simbólica que protege e valoriza as mulheres. Já o **capítulo 3** analisa como a tradição misógina Medieval, especialmente expressa no *Roman de la Rose*, foi confrontada por Christine de Pizan, tornando-se o estopim para a primeira grande polêmica literária feminista da história: a *Querelle du Roman de la Rose* (1401–1403).

Christine de Pizan defende a intelectualidade equivalente entre mulheres e homens, condicionada ao acesso à instrução e à experiência, e de que a combinação entre alegoria estável e variação exemplificativa produz, ao mesmo tempo, prova histórica e programa pedagógico.

Assim configurada, a investigação pretende oferecer uma leitura integrada do edifício retórico da obra e de seu repertório de casos, evidenciando como a “cidade” funciona como fortaleza, arquivo e escola, um modelo pré-moderno de justiça epistêmica cuja relevância dialoga com debates contemporâneos sobre reconhecimento e igualdade (Calado, 2006; Brown-Grant, 2003).

Na tradição ocidental, diversos estereótipos negativos acerca das mulheres, criados e propagados no decorrer da Idade Média, ainda persistem nos dias atuais. A reflexão sobre as violências cometidas contra o feminino, por exemplo, ganha mais importância quando se considera o pensamento de Christine de Pizan, cuja defesa da igualdade intelectual entre mulheres e homens, fundamentada no acesso à instrução e experiência, oferece um importante respaldo teórico para o enfrentamento das violências de gênero. Ao construir *A Cidade das Damas* como um espaço de justiça epistêmica e reconhecimento, revela um modelo pioneiro que inspira a atual luta contra o “feminicídio”² e outros de tipos de violência contra as mulheres, mostrando como a valorização do conhecimento e a justiça podem transformar a realidade social e proteger a vida das mulheres.

Espera-se demonstrar que *A Cidade das Damas* não é mera réplica defensiva, mas ato político-epistêmico: ao erguer muros de razão e telhados de justiça, Pizan funda um espaço simbólico autônomo onde a mulher deixa de ser objeto de discurso para tornar-se sujeito de conhecimento. Essa operação, que combina arquivo memorial, tribunal de provas e escalas de virtudes, constitui, seis séculos antes do feminismo moderno, o primeiro programa sistemático de justiça epistêmica³ de que se tem notícia, cuja atualidade permanece intacta.

² “[...] Feminicídio corresponde ao assassinato de uma mulher por sua condição de ser mulher, condição feminina ou identificação com o sexo feminino” (Bandeira, Caicedo-Roa, Cordeiro, 2022, p. 1).

³ A justiça epistêmica refere-se à garantia de que indivíduos e grupos sejam reconhecidos como sujeitos legítimos do conhecimento, sem sofrer prejuízos em sua credibilidade ou em sua capacidade de interpretar e comunicar suas experiências em razão de desigualdades estruturais de poder (Fricker, 2007).

1 A CONSTRUÇÃO MEDIEVAL DA INFERIORIDADE FEMININA: DO DISCURSO TEOLÓGICO À EXCLUSÃO LETRADA

Desde que os seres humanos transicionaram da vida nômade para o sedentarismo, iniciaram-se divisões de tarefas entre homens e mulheres. A inferiorização sistemática da mulher na cultura ocidental não é fenômeno natural, mas construção histórica que se consolida de forma particularmente agressiva na Idade Média cristã. A partir dos séculos XI–XIII, a Igreja Católica Romana do Ocidente, ao associar o corpo e a palavra femininos à herança do pecado original, forneceu legitimação teológica e institucional para um amplo dispositivo de controle patriarcal que se manifesta em três níveis: moral (doutrina do pecado), jurídico (matrimônio sacramental) e epistêmico (exclusão da cultura letrada) (Lerner, 1986; Duby, 1990).

A Idade Média é um período histórico que vai aproximadamente do século V ao XV. Depois da queda do Império Romano do Ocidente, a Europa tornou-se mais rural e a dividiu-se em pequenos domínios. Povos como visigodos, francos e saxões invadiram antigas terras romanas e criaram seus próprios reinos. Durante esse tempo, o cristianismo ficou ainda mais forte, contribuindo para que diferentes culturas se aproximassem e criassem uma identidade comum para todos.

A Igreja Católica Romana do Ocidente tornou-se uma das instituições mais poderosas da época, capaz de moldar comportamentos, crenças, relações sociais e estruturas políticas. De acordo com Jacques Le Goff (2010), a instituição eclesiástica controlava “os medos e os imaginários” da sociedade medieval, orientando a forma como as pessoas interpretavam fenômenos naturais, crises e até a própria morte. A Igreja também regulava a moral e o comportamento das pessoas por meio da doutrina do pecado. Georges Duby (1998) destaca que a instituição se tornou uma reguladora da vida privada, especialmente no controle da sexualidade, da família e do matrimônio, definindo o que era permitido, proibido ou considerado pecado.

Duby (1998) demonstra que o controle feminino na sociedade medieval era exercido como parte de um amplo projeto de manutenção da ordem patriarcal. O autor explica que a Igreja, ao associar o corpo feminino ao pecado e à desordem, buscava discipliná-lo rigidamente por meio de normas de castidade, vigilância e repressão moral, entendendo a mulher como potencial ameaça à estabilidade social. Esse disciplinamento incluía também a sexualidade, que deveria ser estritamente regulada

pela confissão, pela doutrina do pecado e pela vigilância masculina dentro do matrimônio.

A Igreja Católica Romana do Ocidente definia a mulher como um ser inferior, que deveria ser submissa ao homem e aceitar os castigos em que eram submetidas. “O prazer é antes de mais, o prazer do homem” (Dalarun, 1993, p.85). Para o casamento, as meninas deveriam se manter virgens, devotas, já os homens, podiam ter experiências com diversas mulheres, inclusive após o casamento. “A mulher medieval já tinha sua identidade determinada pelo olhar do homem: ela era a figura frágil, inconstante e sedutora, que precisava ter sempre um homem para guiá-la, para ser a ‘cabeça’ ” (Leite, 2008, p.14).

As mulheres reféns do patriarcado, não tinham escolha, liberdade sobre o corpo ou desejos. O casamento para as mulheres era estabelecido tanto para mantê-las sob supervisão masculina quanto para beneficiar as famílias, pois quando o laço matrimonial era efetuado, o dote era gerenciado pelo futuro marido. Sobre isso:

Cada mulher individual foi ligada a seu parente homem em sua família de origem por laços que implicavam obrigações específicas. Seu doutrinamento, desde a tenra infância em diante, enfatizava sua obrigação não apenas de contribuir em termos econômicos com a família e a estrutura familiar, mas também de aceitar um parceiro de casamento alinhado com os interesses familiares (Lerner, 2019, p. 298).

A relação entre homem e mulher ao longo do tempo foi se modificando entre dominante e dominado. Segundo Saffioti (2015) e Maroneze (2021), esse vínculo transformou-se em uma relação hierarquizada de poder, que se fundamenta na ideologia e também na violência. Sendo assim, as mulheres são meros objetos sexuais de satisfação masculina, garantidoras da produção e reprodução da força de trabalho, além de submissas:

Então, podemos entender que homem e mulher são uma construção, sobretudo social. Esta construção social do que é ser mulher e do que é ser homem se relaciona com o sistema patriarcal, aqui entendido como um sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas, em que o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social (Maroneze, 2021 p. 167).

Para Lerner (2019), os tradicionalistas argumentavam sobre essa posição dos sexos, para eles, Deus ou a natureza criou o homem e a mulheres com diferentes

funções, restando para a mulher a responsabilidade de reproduzir a espécie humana. Logo, foram atribuídas distintas funções na sociedade e consequentemente a dominação do homem.

Ainda Lerner (2019) sobre os pensamentos tradicionalistas, a mulher detinha como principal responsabilidade: a de gerar, nutrir a família e elevar o futuro dos seres humanos. Já os homens, por possuírem mais força física, correrem mais rápido, terem mais habilidades, eram responsáveis por prover a família, inflando a superioridade masculina. “Dessa sorte, a visão que se tinha da mulher é a de que ela foi feita para procriar, gerar filhos homens, herdeiros legítimos de seus maridos” (Silva; Medeiros, 2013, p.12).

O matrimônio foi transformado pela Igreja, especialmente a partir do século XII, em um sacramento indissolúvel, o que reforçou a autoridade eclesiástica sobre a vida privada. Georges Duby (1989) observa que a Igreja buscava disciplinar o corpo e a sexualidade femininos, definindo comportamentos considerados virtuosos e punindo aquilo que era entendido como desvio moral.

Desse modo, a Igreja Católica assumiu um papel central na sociedade medieval, moldando a visão de mundo, o comportamento social, a estrutura política, a economia e a cultura. Mais que uma instituição religiosa, ela tornou-se o elemento articulador da vida na Idade Média. Exerceu forte controle sobre o casamento e sobre o papel social das mulheres, estabelecendo normas que legitimavam a ordem patriarcal.

1.1 Eva e Maria: um duplo padrão moral e epistêmico na Baixa Idade Média

No imaginário cristão medieval consolidou-se uma leitura tipológica que colocava Eva e Maria em polos opostos de um mesmo eixo moral. Eva, tomada como figura da desobediência e da concupiscência, operava como matriz explicativa do mal e, por extensão, como fundamento teológico da suspeita lançada sobre o corpo e a palavra feminino; Maria, concebida como “nova Eva”, encarnava o ideal de pureza, obediência e silêncio devoto (Kelly, 1982; Duby; Perrot, 1998; Lerner, 1986). Essa

oposição, reiterada por exegeses⁴ bíblicas, homilias⁵ e Literatura moralizante, não era um detalhe doutrinário, mas um dispositivo normativo que distribuía expectativas sociais e credibilidade de modo desigual entre homens e mulheres (Lerner, 1986; Duby; Perrot, 1998).

O mito de Adão e Eva, narrado no livro do *Gênesis*⁶, exerceu papel central na formulação do discurso religioso que fundamentou a inferiorização da mulher na tradição ocidental. A criação de Eva a partir da costela de Adão, foi interpretada como evidência de sua natureza derivada e secundária em relação ao homem, reforçando a ideia de dependência e subordinação. Segundo Laqueur (2001), a tradição ocidental interpretou o corpo e o gênero de modo a reforçar a inferioridade feminina, frequentemente relacionando a mulher à dependência e à subordinação.

A história do pecado original acabou dando força à ideia de que a mulher é mais delicada moralmente. Eva, seduzida pela serpente, aparece como a primeira a transgredir o mandamento divino, levando Adão a compartilhar da culpa. Essa narrativa conferiu às mulheres o estigma de responsáveis pela queda da humanidade e pela entrada do mal e da morte no mundo, assim destinada a receber o castigo maior. “Eu multiplicarei os sofrimentos das tuas gravidezes, no sofrimento darás à luz os teus filhos. O teu desejo imperlar-te-á para o teu marido e ele dominará sobre ti” (Dalarun, 1993, p. 35).

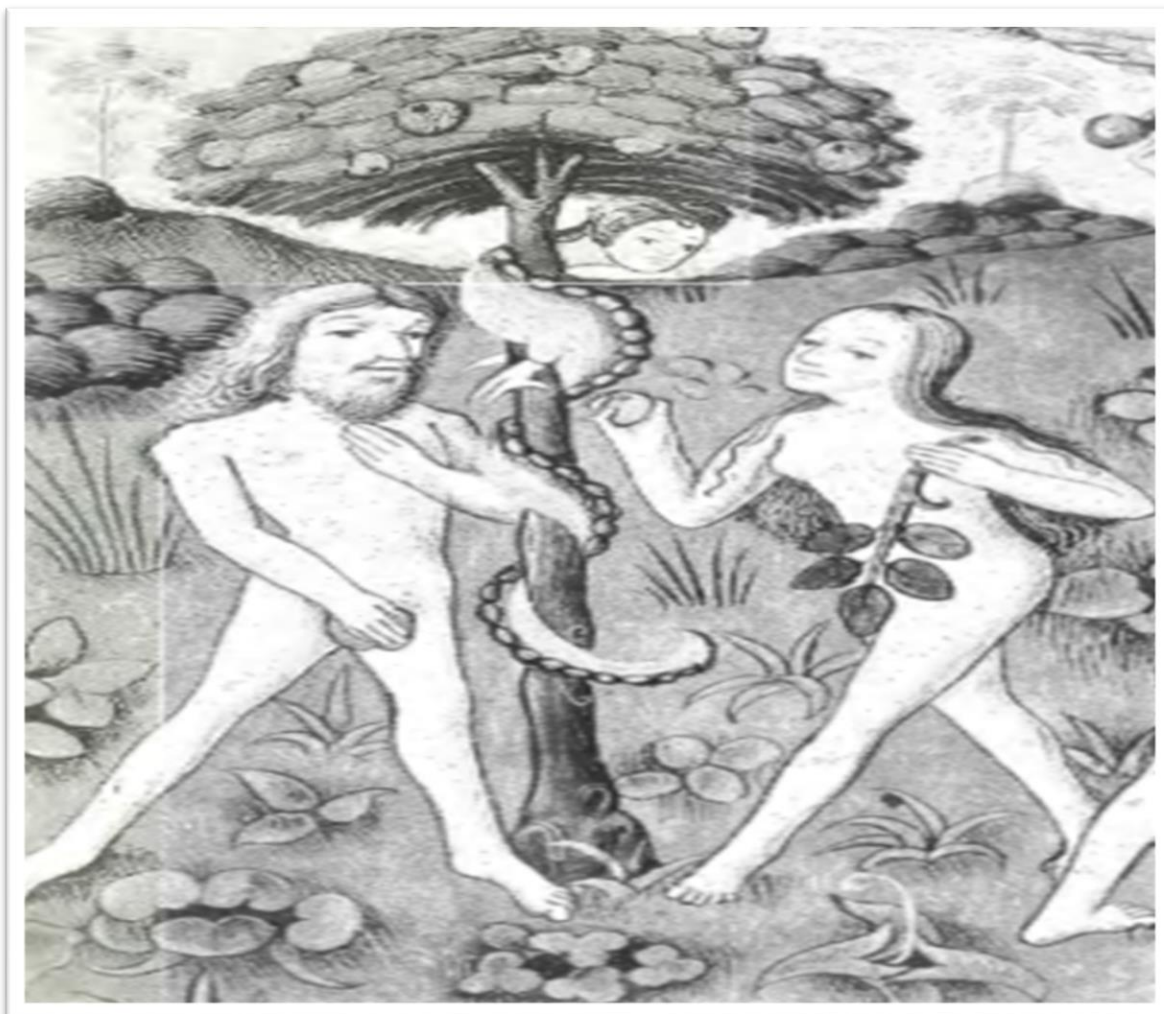
Essas interpretações se cristalizaram na tradição medieval, fornecendo respaldo teológico para a exclusão das mulheres de espaços de autoridade, do sacerdócio e da vida intelectual. Conforme ressalta Joan Scott (1995), a religião cristã funcionou como um discurso normativo que não apenas definia a identidade feminina, mas também delimitava seu papel social. Assim, o mito de Adão e Eva tornou-se um dos alicerces simbólicos e ideológicos do patriarcado ocidental.

⁴ A exegese bíblica é o estudo crítico e sistemático das Sagradas Escrituras, que busca compreender o significado original do texto em seu contexto histórico, cultural e linguístico (Brown, 1990).

⁵ Uma homilia é uma exposição ou discurso religioso desenvolvido a partir da leitura de um texto bíblico, geralmente proferido por um padre, ministro ou pregador durante um serviço ou missa, com o objetivo de explicar, interpretar e aplicar os ensinamentos das Escrituras à vida prática dos fiéis (Brown, 1990).

⁶ Trata-se do primeiro livro da Bíblia hebraica, também considerado parte do Antigo Testamento pela religião cristã (Bíblia, 2006).

Figura 1 - Adão e Eva recebendo o fruto proibido - *Des Cas Des Nobles hommes et femmes*, de Giovanni Boccaccio (1313-1371)



Fonte: Duby, Georges; Perrot, Michelle (org.). História das mulheres no Ocidente. V.2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

A imagem acima, representada pela Figura 1, exibe um lugar com vegetação, flores e uma árvore centralizada, uma macieira. À esquerda da árvore, observa-se uma figura masculina, Adão. À direita, uma figura feminina, com uma maçã na mão direita, Eva. Ao centro, uma serpente com rosto de mulher, entrelaçada ao tronco da macieira. A serpente dialoga com Eva. Após contato com a serpente e o fruto proibido, Adão e Eva cobrem-se, com vergonha um do outro.

A cena de Adão e Eva sendo recebendo o fruto proibido, encontrada em manuscritos de Giovanni Boccaccio em "*Des cas des nobles hommes et femmes*" escritos de 1355 a 1360, representa a história bíblica do pecado original como a primeira e mais universal instância da queda moral da humanidade, de acordo com o

projeto moralizante do autor, que visa ilustrar como as falhas éticas levam à queda até mesmo dos mais altos escalões da humanidade (Boccaccio, século XIV).

Uma imagem produzida por um iluminador anônimo, possivelmente no final do século XIV ou início do século XV, reinscreve a narrativa do Gênesis em modo instrutivo e exemplar, em que narrativa e imagem cooperam para moldar o que é moralmente moral para os leitores medievais (Willard, 1984). Esta imagem visual enfatiza a proximidade simbólica de Eva com a serpente, aprofundando uma leitura culturalmente difundida no texto medieval que relaciona a figura feminina à tentação e à mediação do pecado, com Adão representado como o participante posterior no pecado (Brown-Grant, 1999).

Esta construção iconográfica faz mais do que representar o texto de Boccaccio, ela reforça a linguagem moral e hierárquica sobre gênero, que era encontrada no cânone cristão e literário da época. Assim, a imagem incorpora, de fato, a imaginação misógina criticada por Christine de Pizan, que criticou a repetição recorrente de Eva como base da inferioridade das mulheres, sustentando que essas interpretações derivam de uma visão cultural tendenciosa, não de uma inferioridade natural real das mulheres (Pizan, 2012).

Adriana Zierer (2001) explica que a relação entre a maçã e o pecado feminino foi criada pela tradição cristã ao longo dos séculos, particularmente durante a Idade Média, quando a maçã foi posicionada como um emblema de tentação e sexualidade atribuída às mulheres. A autora argumenta que a imagem de Eva comendo a maçã foi uma ferramenta cultural para confirmar que as mulheres são inerentemente propensas a erros, e isso reforçou discursos para sua vigilância, submissão e exclusão da autoridade e do conhecimento.

A construção social das mulheres inferiorizadas era propagada pela Igreja e esses escritos eram feitos, principalmente pelos monges, que absorviam o que lhes era ensinado por meio das escritas de pensadores. Eva, estigmatizada por pensamentos como os de Godofredo de Vandoma (*apud* Dalarun, 1993):

Este sexo envenenou o nosso primeiro pai, que era também o seu marido e pai, estrangulou João Batista, entregou o corajoso Sansão à morte. De certa maneira, também, matou o Salvador, por que, se a sua falta o não tivesse exigido, o nosso Salvador não teria tido necessidade de morrer. Desgraçado sexo em que não há nem temor, nem bondade, nem amizade e que é mais de temer quando é amado do que quando é odiado (Dalarun, 1993, p. 34).

O discurso de ódio por parte da Igreja era recorrente na Idade Média, além de Godofredo de Vandoma⁷, que transmite por meio de seus textos o asco por Eva e consequentemente pelas mulheres, culpando-as e responsabilizando-as pela decadência dos homens, temos também manifestações de João Crisóstomo⁸ que compactua por meio dos seus escritos, o furor contra o feminino. (apud Dalarun, 1993):

A beleza do corpo não reside senão na pele. Com efeito, se os homens vissem o que está debaixo da pele, a vista das mulheres, dar-lhes-ia náuseas... então, quando nem mesmo com a ponta dos dedos suportamos tocar um escarro ou um excremento, como podemos desejar abraçar esse saco de excrementos? (Dalarun, 1993, p. 35).

O excerto de Dalarun (1993) evidencia o olhar misógino que marcou a Idade Média, em que o corpo feminino era associado à impureza e à degradação da matéria. A mulher, reduzida a um “saco de excrementos”, era desvalorizada não apenas em sua dimensão física, mas também simbólica, tornando-se alvo de discursos que legitimavam sua inferioridade social e intelectual. Essa visão contribuía para a exclusão feminina dos espaços de saber e poder, reforçando a ideia de que a mulher deveria permanecer submissa ao homem.

A Igreja como grande detentora religiosa e social do Medievo, projetava na mulher os resquícios do castigo atribuído a Eva e assim, a principal responsável pela queda da humanidade ao ceder à tentação da serpente e induzir Adão ao pecado original. Essa interpretação foi utilizada para associar a mulher à fraqueza, à sensualidade e à desobediência, justificando sua condição de submissão ao homem.

O corpo feminino era constantemente associado ao pecado, considerado capaz de desviar os homens do caminho da salvação. Por esse motivo, a virgindade e a castidade eram tão valorizadas, especialmente entre as freiras e santas. Nesse sentido:

A representação idealizada da mulher, apresentada há muito tempo de maneira oscilante entre o bem e o mal, vai desde a questão do corpo, sua ligação com sedução, até a dama idealizada no romance cortês. A valorização do matrimônio, equiparado à aparente valorização, graças a seu papel no casamento conduz à justificativa teológica da inferioridade feminina, ou seja,

⁷ Godofredo de Vandoma foi um monge beneditino. Ele também escreveu bastante. Depois, virou cardeal na França. Ele viveu no final do século XI e começo do século XII. A gente conhece ele pelas cartas que escreveu e por ser abade em Vendôme (Delhay, 1994).

⁸ João Crisóstomo foi arcebispo em Constantinopla. Ele era um pregador muito importante. Também ajudou muito o cristianismo no começo. Ele falava de forma clara e defendia a moral cristã (Van Hoof, 2000).

a mulher só poderia se realizar enquanto mulher no casamento, sob a tutela do marido. (Leite, 2008, p.67).

O casamento era uma das saídas para que as mulheres pudessem ter aprovação perante a sociedade. Pois ter um homem sendo responsável por controlá-las era um sinal para a sociedade, que estava sob controle, conseqüentemente, nessa posição, era respeitável, ainda mais se o cônjuge fosse da nobreza:

A divisão entre “mulheres respeitáveis”, que são protegidas por seus homens, e “mulheres indecentes”, que saem na rua sem a proteção deles e vendendo seus serviços com liberdade, é a divisão de classes fundamental para as mulheres. Ela diferenciou os privilégios limitados das mulheres de classe alta em comparação à opressão sexual e econômica de mulheres de classe baixa, separando as mulheres umas das outras. Do ponto de vista histórico, isso impediu a formação de alianças femininas interclasses e dificultou a formação da consciência feminista (Lerner, 2019, p. 201).

Do lado de Eva tópicos patrísticos e monásticos (como a associação entre mulher e desordem) justificavam a tutela masculina sobre o comportamento e a fala feminina. Lidas como “pedagogia do perigo”, as narrativas da queda alimentavam o pressuposto de que as mulheres seriam mais impulsivas, suscetíveis ao erro e corruptoras (Kelly, 1982; Lerner, 1986). Esse repertório simbólico sustentou práticas concretas: valorização do recolhimento, restrição do protagonismo público e, sobretudo, deslegitimação epistêmica da voz feminina — cuja palavra aparecia menos como testemunho e mais como ruído, sedução ou tentação (Lerner, 1986; Duby; Perrot, 1998).

No polo “mariano”, a exaltação de Maria oferecia um modelo positivo, porém ancorado numa gramática de virtudes morais e espirituais (humildade, castidade, maternidade sacra) que não se convertia automaticamente em autorização para o saber institucional. Em outras palavras, a idealização mariana raramente legitimou o acesso a escolas, universidades ou ofícios letrados; antes, reforçou a expectativa de um lugar feminino circunscrito ao doméstico e ao religioso (Duby; Perrot, 1998; Kelly, 1982).

O resultado foi um duplo padrão: entre a mulher-Eva, convocada para explicar/conter o “perigo” feminino, e a mulher-Maria, celebrada como exceção sublime, mas não autorizada a ocupar espaços de autoridade intelectual dominados por homens. Eva era vista como um exemplo de pecado, desobediência e falta de

força moral. Isso fazia parecer que as mulheres precisavam ser controladas e ensinadas por homens.

Por outro lado, a mulher-Maria era vista como algo especial. Ela era conhecida pela pureza, obediência e virtude. As pessoas a usavam como modelo para o que era bom. Mas, mesmo assim, a autoridade dela era só um símbolo. Ela não tinha acesso às áreas de pensamento ou decisões que os homens normalmente tinham. (Lerner, 1986; Duby; Perrot, 1998).

Esse binômio produziu efeitos epistêmicos duradouros. Primeiro, instituiu um viés de credibilidade: a palavra masculina era presumida como regra (racional, universal), enquanto a palavra feminina precisava provar continuamente sua inocência e utilidade (Lerner, 1986). Segundo, consolidou uma política do acesso: ao vincular a excelência feminina à pureza e à submissão, dissociou virtudes espirituais de competências intelectuais, dificultando o reconhecimento do saber como direito das mulheres (Duby; Perrot, 1998). Terceiro, naturalizou explicações teológico-morais para desigualdades que eram em grande medida institucionais e culturais (regras de admissão, corporações de ofício, critérios de autoridade e de fala pública) (Kelly, 1982; Lerner, 1986).

Duby (1989) observa que a Igreja promovia dois modelos simbólicos opostos da mulher: a mulher santa, obediente e castíssima, e a mulher pecadora, considerada perigosa e desordenada. Esses arquétipos funcionavam como instrumentos de controle social e moral, orientando o comportamento feminino e legitimando a vigilância masculina.

Ao associar moralidade e identidade feminina a essas figuras, a instituição eclesiástica reforçava a submissão feminina, consolidando a hierarquia patriarcal no casamento, na família e na sociedade feudal. Essa perspectiva é corroborada por Le Goff (2010), que destaca o papel da Igreja na regulação da vida privada e na formação do imaginário coletivo, moldando comportamentos e crenças sobre sexualidade, virtude e pecado.

Além disso, Gerda Lerner (1995) argumenta que a opressão das mulheres é um processo histórico ligado à construção do patriarcado, reforçado por instituições sociais, políticas e religiosas. Silvia Federici (2004) complementa, apontando que a vigilância sobre os corpos femininos e a regulamentação da sexualidade serviam para garantir a reprodução social e a continuidade das estruturas de poder masculinas.

Assim, o controle simbólico, moral e jurídico das mulheres na Idade Média não era apenas religioso, mas um componente central da manutenção da ordem patriarcal.

É nesse pano de fundo que a intervenção de Christine de Pizan ganha relevo. Em *A Cidade das Damas* (1405), Pizan recusa a gramática dicotômica que aprisiona as mulheres entre a culpa de Eva e a pureza de Maria. Em vez de equiparar “virtude moral” a silêncio e clausura, ela reclassifica o mérito feminino por critérios racionais e públicos invenção, prudência, governo, autoria, capacidade técnica e literária e desloca o debate do plano da “natureza” para o da educação e das oportunidades (Brown-Grant, 2003; Calado, 2006; Karawejczyk, 2017; Benevenuto, 2021).

Sua estratégia articula duas operações complementares: (a) desconstrução de lugares-comuns misóginos mediante argumento lógico e exame de evidências; e (b) repertorição de *exempla* (poetas, inventoras, governantes, sábias, santas) que quebram a expectativa estatística de ignorância feminina e reabrem o espaço epistêmico às mulheres (Brown-Grant, 2003; Benevenuto, 2021).

Pizan pluraliza os modelos de autoridade feminina: integra Maria e outras santas como modelos entre muitos, retirando-lhes o monopólio da feminilidade legítima; e restitui credibilidade às mulheres por virtude e competência verificáveis (Calado, 2006; Karawejczyk, 2017). Assim, *A Cidade das Damas* rompe o duplo padrão ao oferecer uma topografia alternativa do feminino, uma cidade em que a autoridade do saber substitui a tutela. (Brown-Grant, 2003; Benevenuto, 2021).

Em síntese esse duplo padrão de Eva pecadora *versus* Maria exceção sublime, não permaneceu confinado aos tratados teológicos. Foi amplificado e vulgarizado na literatura vernácula do século XIII–XIV, alcançando seu ponto mais agressivo no *Roman de la Rose* de Jean de Meun, que transforma a suspeita patrística em sátira enciclopédica e misógina de largo alcance (Brown-Grant, 1999; Huot, 1993). É exatamente contra essa herança que Christine de Pizan irá erguer, um século depois, sua defesa sistemática do sexo feminino.

1.2 Exclusão epistêmica e brechas de letramento: o acesso feminino à leitura e à escrita na Baixa Idade Média (séc. XI–XV)

Durante a Baixa Idade Média, o acesso feminino à cultura escrita permaneceu estruturalmente limitado às universidades fundadas a partir do século XII. Em Oxford, as instituições de ensino permaneceram inacessíveis às mulheres até o século XIX,

destinando o ensino superior exclusivamente ao clero e aos homens leigos (Ferrante, 1997). A formação feminina, quando disponível, era voltada para propósitos religiosos ou domésticos, como rezas, cuidados com o lar, bordados e, em algumas raras situações, leitura devocional (Bell, 1982; Krueger, 1993).

A partir do final do século XIV, o crescimento urbano, a ampliação do comércio de livros e o surgimento de oficinas laicas de cópia começaram a abrir brechas nesse sistema restritivo. Viúvas e mulheres ligadas a corporações urbanas começaram a ter maior contato com a escrita prática (contabilidade, correspondência, testamentos). É exatamente nesse contexto histórico de exclusão institucional, mas também de brechas emergentes, que se insere a trajetória singular de Christine de Pizan (c. 1364–1430).

Essa situação de marginalização cultural foi construída sobre ideias que justificavam a desigualdade. No entanto, de acordo com Macedo (2002) as mulheres começaram a assumir um papel mais importante na família quando os maridos estavam ausentes, seja por causa de guerra ou por morte, elas passavam a liderar a família e também os negócios.

Como já abordado, a sociedade medieval, em sua maioria, não tinha acesso à educação, essa aprendizagem ficava para nobres e clérigos, logo era inviável, que as mulheres aprendessem a ler e escrever, com exceção em ambientes como o clero ou em conventos. “As religiosas são mulheres instruídas; aliás, entrar no convento é uma via normal para aquelas que querem desenvolver os seus conhecimentos para além do nível corrente” (Pernoud, 1997, p.97). Geralmente para a sociedade a educação deveria ser:

A camponesa deveria saber cuidar de sua casa; a burguesa e a nobre deveriam saber comandar seus empregados e possuir uma cultura um pouco mais aprimorada, ler e escrever, de acordo com as suas responsabilidades sociais. Além disso, todas precisavam saber costurar, fiar, tecer e bordar, ou seja, todas deviam ter uma educação orientada pela perspectiva do casamento, de cuidar do marido, dos filhos e da casa (Leite, 2008, p. 175).

Esse cenário se sustentava em discursos que legitimavam a desigualdade. “Não era bom, julgava, que uma mulher soubesse ler e escrever, a não ser que entrasse para a vida religiosa” (Macedo, 2002, p. 85). As mulheres ultrapassaram a barreira de imposições e aprenderam muito mais do que leitura e escrita, ocuparam espaços em diversas áreas, principalmente nas ciências e nas artes.

Diversas personalidades femininas foram letradas, principalmente as que possuíam um poder econômico superior, tornaram-se escritoras, poetisas, inventoras, entre outros. A mentalidade feminina foi materializando as conquistas que poderiam obter a partir das Ciências “Essa tomada de consciência por parte das mulheres torna-se a força dialética que as impele à ação para mudar a própria condição e começar um novo relacionamento com a sociedade dominada pelos homens” (Lerner, 2019, p.25).

Nas ordens monásticas, sobretudo, a partir dos séculos XI e XII, algumas mulheres tiveram oportunidade de desenvolver práticas de leitura e escrita. Conventos femininos eram espaços privilegiados para o cultivo da cultura letrada, ainda que em menor escala que os masculinos. Autoras como Hildegarda de Bingen (1098-1179)⁹ e Herrad de Landsberg (1130-1195)¹⁰ produziram obras teológicas, musicais e enciclopédicas, demonstrando que, quando o acesso era permitido, as mulheres podiam exercer o papel de protagonistas no cenário intelectual. “A formação cultural das mulheres não vinha das universidades, fechadas a elas, mas sim do contato com a cultura popular, local, com as canções, o que lhes permitia aprender a ler e escrever, minimamente” (Leite, 2008, p.180).

Se na corte e nos conventos o ensino para mulheres era em quantidade inferior se comparado aos homens, no ambiente laico, o acesso feminino era ainda mais restrito. Segundo Bell (1982) algumas mulheres da nobreza aprenderam a ler e, em menor medida, a escrever, principalmente porque a leitura em voz alta de romances cortesões, hagiografias ou textos devocionais fazia parte da vida cortesã.

A partir do século XIV, com o crescimento das cidades e a ampliação das práticas letradas, surgiram novas possibilidades de acesso feminino, especialmente para viúvas ou mulheres ligadas a corporações urbanas. É nesse contexto que se insere a obra de Christine de Pizan (1364-1430), considerada a primeira mulher a viver da escrita profissional. Sua formação intelectual foi possível graças à biblioteca de seu pai, que servia à corte francesa. Defendeu em obras como *A Cidade das Damas*

⁹ Hildegarda de Bingen (1098–1179) foi uma abadessa beneditina alemã, reconhecida por suas obras teológicas, médicas e musicais, destacando-se como uma das figuras femininas mais influentes da Idade Média (Newman, 1998).

¹⁰ Herrad de Landsberg (1130–1195) foi abadessa da Alsácia e autora do *Hortus Deliciarum*, uma das primeiras enciclopédias ilustradas medievais, notável por seu caráter didático e artístico (Müller, 2001).

(1405), a importância da instrução feminina, argumentando que a exclusão das mulheres da cultura escrita era produto de preconceito e não de incapacidade natural.

O acesso das mulheres à leitura e à escrita durante a Idade Média não foi impossível, mas sofreu profundas desigualdades, condicionadas pela classe social, estado civil e vínculo institucional. Apesar de alguns exemplos notáveis, é fundamental destacar que esse acesso permaneceu restrito a uma pequena parcela das elites religiosas ou aristocráticas. A imensa maioria das mulheres era analfabeta, dependendo da oralidade e de tradições culturais transmitidas por meios não escritos. Como observa Joan Kelly (1982), a “Renascença” que ampliou o espaço das artes e das letras não representou um renascimento para as mulheres, uma vez que as oportunidades educacionais continuaram profundamente desiguais.

Christine de Pizan representa, portanto, uma exceção radical que, ao invadir o espaço epistêmico masculino, expõe a artificialidade das barreiras erguidas contra as mulheres e inaugura a possibilidade concreta de uma autoria feminina pública, possibilidade que será plenamente realizada na *Querelle du Roman de la Rose* e, sobretudo, em *A Cidade das Damas*. Ela não apenas leu e escreveu, mas publicou, editou, supervisionou iluminuras e circulou seus manuscritos entre a alta nobreza, tornando-se a primeira mulher documentada na Europa ocidental a viver exclusivamente do trabalho intelectual (Brown-Grant, 1999; Laidlaw, 2014).

Na Idade Média, as mulheres resistiram de várias formas à imposição da Igreja Católica Romana do Ocidente. Além de se alfabetizarem, eram julgadas e criticadas tanto pela Igreja quanto pela sociedade, quando permaneciam solteiras ou viúvas, quando questionavam a hegemonia religiosa, utilizavam ervas para cura, faziam partos, entre outros. Segundo Levack (2016), a bruxaria¹¹ funcionou como a identificação de práticas reais homogêneas e como um instrumento de controle social, usado para disciplinar mulheres e eliminar formas de saber feminino consideradas ameaçadoras. Federici (2017) acrescenta que a perseguição às bruxas esteve diretamente ligada ao controle do corpo, da reprodução e do trabalho feminino.

No Livro *A Cidade das Damas*, Pizan constrói um sistema de crítica ao mundo Medieval em que a Igreja Católica moraliza as mulheres e questiona a noção de que a feminilidade equivalia a ser propensa ao pecado ou à irracionalidade. Embora ela

¹¹ Kramer e Sprenger (486) definiram oficialmente a bruxaria como heresia, baseada no pacto com o demônio, no uso de poderes sobrenaturais fora da vontade divina e na rejeição da ortodoxia cristã.

tenha escrito antes do auge da Inquisição moderna, sua defesa da racionalidade, virtude e capacidade de pensar das mulheres falava diretamente ao discurso teológico que, no final do século XV, se codificaria em escritos inquisitoriais como o *Malleus Maleficarum*¹² (1486).

Como este texto era um pilar dos tribunais da Inquisição, afirmava que as mulheres eram vulneráveis à bruxaria devido à sua percebida fragilidade moral (e espiritual) e justificava uma série de perseguições em massa, torturas e execuções (Kramer; Sprenger, 1486). Ao negar qualquer condição natural ou divina que pudesse ser a causa da inferioridade feminina, Pizan, em última análise, mina a infraestrutura ideológica que possibilitava tais acusações, prevendo a crítica à autoridade religiosa como um mecanismo para dominar e reprimir o corpo e a pessoa feminina (Brown-Grant, 1999).

Como aponta Willard (1984), ao posicionar o Cristianismo como distinto das instituições de abuso, o Livro da *Cidade das Damas* pode ser entendido como um desafio precoce a um ambiente discursivo que colocaria dissidentes, marginalizados ou rebeldes na sociedade como vilões da ordem religiosa e bruxas que a Inquisição viria a usar como bodes expiatórios com subsequentes acusações e difamações.

¹² O *Malleus Maleficarum* pode ser definido como um tratado teológico-jurídico do final do século XV que sistematizou a noção de bruxaria como heresia, associando-a a um pacto consciente com o demônio e defendendo a perseguição e punição das pessoas acusadas dessa prática (Kramer e Sprenger, 486).

2 A CIDADE DAS DAMAS: UM ESPAÇO SIMBÓLICO DE RESISTÊNCIA

A Cidade das Damas (*La Cité des Dames*) foi publicado em 1405 por Christine de Pizan. A autora constrói uma obra alegórica que responde diretamente aos discursos misóginos predominantes em sua época. No interior de *A Cidade das Damas*, a argumentação se organiza por meio de uma arquitetura alegórica que transforma três conceitos: Razão, Retidão e Justiça em damas que conduzem a narradora na fundação de uma cidade simbólica para as mulheres.

A alegoria, longe de mero ornamento, corporifica ideias e as converte em agentes discursivos estáveis, capazes de sustentar uma refutação sistemática à misoginia medieval e, ao mesmo tempo, instituir um espaço de reconhecimento para o saber feminino (Silva, 2018; Calado, 2006). Narrativamente, a cidade funciona como “memorial feminino” de enredo aberto, um escudo contra difamações e um programa pedagógico para leitoras e leitores (Silva, 2018; Calado, 2006).

A Cidade das Damas constitui a resposta mais ambiciosa e sistemática de Christine de Pizan à tradição misógina medieval, cuja expressão mais agressiva e difundida fora a segunda parte do *Roman de la Rose* de Jean de Meun (c. 1270–1280). Partindo de uma cena autobiográfica a crise desencadeada pela leitura das *Lamentations de Matheolus*¹³ e de outros textos difamatórios, a obra transforma o desespero pessoal da narradora em ato fundador: a construção alegórica de uma cidade-fortaleza destinada a abrigar, proteger e legitimar o saber e a virtude femininos (Calado, 2006; Brown-Grant, 1999; Benevenuto, 2021). Partindo desse pressuposto:

A defesa do sexo feminino torna-se o ponto principal para a autora, que observa, em seus estudos e pesquisas, a maneira como os homens, em seus textos, tratam as mulheres. Ressalvadas as exceções, a literatura masculina tende a aumentar o sentimento de misoginia, conforme se pode verificar em textos citados por Christine, tais como *Lamentations de Matheolus*, *A arte de amar* e os remédios do amor de Ovídio e a segunda parte do *Roman de la Rose* de Jean de Meun, em que as mulheres aparecem sempre como sedutoras e como seres vocacionados para ludibriar os sentimentos masculinos (Leite, 2015, p. 78).

¹³ *Les Lamentations de Matheolus*, originalmente escrito em latim e traduzido para o francês por Jean Le Freve de Resson em 1274, reflete as tensões sociais e morais da época, abordando criticamente as relações entre homens e mulheres (Matheolus, 1992). A edição mais atual do livro foi publicada em 1992 pela editora Champion-Honoré.

Pizan passa a contestar as mulheres e a si mesma, pois não acreditava que tantos estudiosos poderiam estar enganados ao escrever sobre a mesma coisa: a inferiorização do pensamento feminino. “Deste modo, eu estava me baseando mais no julgamento de outrem do que no que eu mesma acreditava e conhecia” (Pizan, 2012, p.9).

A obra tem como proposta a função pedagógica que ocorre por meio das idealizações de Pizan, pois ela almeja com a construção da cidade, ofertar um mundo em que as mulheres percebam sua força intelectual e que se libertem das restrições que lhes foram impostas pela sociedade. A partir dessa liberdade intelectual formar uma civilização mais justa, onde a visão negativa e inferior sobre o feminino seja desconstruída.

Pizan deseja oferecer um lugar onde as mulheres possam ser o que elas quiserem e possam contribuir para uma sociedade melhor e igualitária. Além disso, desconstruir estereótipos, educando tanto homens quanto mulheres a reconhecerem o valor feminino. Pizan acredita que por meio da educação e da instrução, todas as mulheres podem se reconhecer como protagonistas de sua própria história e podem traçar seu caminho sem a tutela de um homem e julgamento social.

Sua intenção é promover um exercício de educação moral e política, incentivando a reflexão crítica sobre os discursos misóginos predominantes na Baixa Idade Média. Desse modo, a obra não apenas refuta ataques contra as mulheres, mas também propõe uma reconfiguração simbólica do papel feminino na sociedade, oferecendo um modelo de fortalecimento e autonomia.

2.1 As damas alegóricas: Razão, Retidão e Justiça

Enquanto Pizan questionava a existência feminina baseada nas obras de figuras masculinas renomadas, percebeu que a entrada de uma luz em sua casa. Nesse momento visualizou três damas alegóricas, Razão, Retidão e Justiça, que apareceram, não só para retirar o pensamento negativo que a sucumbia após a leitura perversa, mas também para determinar a tarefa de edificar uma cidade simbólica destinada a acolher, proteger e valorizar as mulheres.

Figura 2 - Christine de Pizan e as damas Razão, Retidão e Justiça, construindo a cidade ideal para as mulheres



Fonte: Karawejczyk, Mônica. Christine de Pisan: uma feminista no medievo?! *Historiæ*, v. 8, n. 1, p. 189–204, 2017.

A imagem retrata Christine de Pizan com as damas Razão, Retidão e Justiça, as figuras simbólicas que a ajudam a construir a "cidade ideal para as mulheres". Esta ilustração do século XV simboliza a agenda intelectual de Pizan para proteger a dignidade feminina e superar discursos que diminuían as mulheres. A cena destaca seu papel pioneiro na literatura e na consideração dos direitos e do valor das mulheres na sociedade medieval.

A figura representa uma cena simbólica do livro *A Cidade das Damas*, na qual Christine de Pizan é retratada em dois lugares distintos que, juntos, representam a conexão entre o conhecimento e a ação feminina. Ela é vista escrevendo um grande manuscrito na mesa à esquerda, acompanhada por três figuras femininas coroadas — as alegorias de Razão, Retidão e Justiça — que a guiam intelectualmente, incorporadas como os fundamentos racionais e morais de seu projeto literário. A autora retorna à direita, mas agora segura uma ferramenta de pedreira, colocando

blocos de pedra ao lado de uma das alegorias enquanto as muralhas da cidade são construídas.

A iluminura que envolve os manuscritos de o livro *A Cidade das Damas*, produzida por um iluminador medieval anônimo nos ateliês franceses do início do século XV, representa um pano de fundo apropriado para o projeto intelectual atribuído a Christine de Pizan. Situada no contexto histórico da cultura de manuscritos do final da Idade Média, onde a produção coletiva de livros caracteriza o mundo, a imagem não deve ser vista apenas como decorativa, mas sim como parte da estratégia da autora para legitimar seu discurso, já que as imagens nos manuscritos na Idade Média desempenhavam um papel ativo na construção de significado e autoridade do texto (Burke, 2005).

As personagens femininas são mostradas em um papel ativo de educação e eficácia, assim em oposição ao estereótipo da mulher irracional e passiva na tradição. Christine de Pizan emprega a alegoria como uma ferramenta pedagógica e retórica para legitimar o status intelectual e moral das mulheres como fonte de autoridade, rompendo com a dominação que o campo do conhecimento dominado por homens e a autoridade do conhecimento mantida pelos homens, como (Brown-Grant, 1999). Aqui, a iluminação incorpora um gesto de justiça epistêmica, que oferece às mulheres a oportunidade de retornar a uma situação onde eram uma vez sujeitos válidos e legítimos do conhecimento, mas foram dispensadas como sujeitos legítimos pelos discursos misóginos medievais, como foi feito por essas mulheres no *Roman de la Rose*.

Ao recuperar e valorizar a experiência e a memória feminina, o texto e a imagem trabalham coletivamente em relação à deslegitimação estrutural do conhecimento, um processo que pode, assim, ser conceituado como injustiça epistêmica, através de processos de recuperação e representação onde o texto e/ou figura do conhecimento estão implicados (Fricker, 2007).

Cada alegoria apresentou-se em ordem, informando-a de que havia sido escolhida entre tantas outras, para esse projeto, a inteiraram de suas obrigações na construção da cidade, desmitificando tudo que a escritora já havia lido ou escutado de negativo sobre as mulheres. “Ficamos muito comovidas com teu desespero e queremos retirar-te desta alienação; ela te cega a tal ponto de rejeitares o que tens convicção de saber, para acreditar em algo que só conheces através da pluralidade de opiniões alheias” (Pizan, 2012, p. 61-62).

A primeira alegoria a apresentar-se é Razão, que entrega a Pizan os instrumentos para cavar os alicerces da cidade e fornece argamassa para a construção de muros altos e fortes, que jamais serão derrubados. Ela mostra a parte mais racional e inteligente das mulheres. Pizan apresenta a Dama Razão como a responsável por demonstrar que os discursos lançados às mulheres eram motivados por preconceito, não por veracidade.

A Dama Razão inaugura o percurso e assenta as “fundações” do edifício. Ao devolver à narradora um espelho que corrige a autopercepção deformada por leituras misóginas, desloca a discussão do terreno da “natureza feminina” para o do critério e da prova. “Desta forma, ela é a responsável por mostrar o bom caminho a homens e mulheres, usando seu espelho para refletir a alma de quem ali se permita olhar” (Pause, 2022, p.20).

Há uma razão ainda mais particular e mais importante para nossa vinda, que saberás através do nosso diálogo: Deves saber que foi para afugentar do mundo este erro, no qual caíste, para que as damas e outras mulheres merecedoras possam, a partir de agora, ter uma fortaleza onde se retirem e se defendam contra tão numerosos agressores (Pizan, 2012, p. 65-66).

Ao indicar os “materiais” com que a cidade será erguida, mais duros que o mármore, simboliza a base epistemológica do projeto: examinar, indagar, separar preconceito de evidência (Calado, 2006; Silva, 2018). A própria metáfora construtiva (escavar, assentar, erguer) traduz o trabalho crítico de desmontagem de estereótipos que a obra empreende passo a passo. A construção da cidade começa sobre a base da racionalidade feminina. Portanto, a dama Razão:

De comum acordo, decidimos todas três que eu te fornecerei uma argamassa resistente e incorruptível, para que possas fazer fundações sólidas, e que possas levantar, em torno, grandes muros altos e espessos, com suas altas torres largas, com os bastiões e baluarte, como convém a uma cidade que deverá defender bem e por muito tempo (Pizan, 2012, p. 68).

Em seguida, surge Retidão, encarregada de erguer os prédios, casas, ruas da cidade com auxílio de sua régua e tudo que for essencial para o nascimento de uma cidade. Ela simboliza a integridade moral, a virtude e a capacidade de agir com integridade. “Seguro, na minha mão direita, essa espécie de bastão resplandecente que é a régua que separa o bem do mal e o justo do injusto: quem a segue nunca se desviará” (Pizan, 2012, p. 69). Com Retidão, Pizan afirmou que as mulheres não só conseguiam pensar bem, como também podiam levar uma vida virtuosa.

Essa dama responde ao discurso teológico e literário que acusava as mulheres de serem naturalmente inclinadas ao pecado, à luxúria e à falsidade. A Dama Retidão é apresentada como responsável por zelar pela verdade, equidade e a povoar a cidade com mulheres virtuosas e prudentes.

Retidão atua como norma moral aplicada, codificando a passagem da fundamentação racional à ordenação do convívio e acionando a estratégia do exemplum: um inventário de vidas que ilustra virtudes e realizações femininas em artes, governo, ciência e religião, convertendo cada biografia em prova por casos contra generalizações difamatórias (Benevenuto, 2021). Ao reconstituir exemplos desde a Antiguidade, é demonstrado que a exclusão feminina do saber é contingente às barreiras educacionais e institucionais, e não expressão de essência inferior.

Por fim, aparece Justiça, que fecha a cidade e a coroa com sua proteção. Ela simboliza a lei divina, a sabedoria espiritual e a recompensa além dessa vida. Segundo Pizan, a dama Justiça, a que nunca abandona aqueles que merecem o Céu. Tem como objetivo encher a cidade com as santas mártires e mulheres de Deus. Justiça garante que a cidade não seja apenas um espaço terreno, mas também espiritual. Em relação a parte física da cidade “Ficaré, sob minha responsabilidade, fazer o teto e os telhados das torres, as residências suntuosas e as mansões, que serão todos de ouro fino e brilhante” (Pizan, 2012, p. 71).

Justiça desloca o foco para o critério distributivo do mérito: “reconhecer-se”, “corrigir-se” e “fazer com os outros o que se deseja para si” operam como síntese ético-política do projeto (Pizan, 1405, *apud* Calado, 2006). É sob sua regência que a cidade se torna durável “não será vencida” e que o catálogo de mulheres ganha força normativa, oferecendo modelos a seguir e reparando a memória (Benevenuto, 2021; Calado, 2006). Essa culminância, no horizonte cristão da autora, ancora o bem comum que ampara a comunidade de damas.

Com a tríade estabelecida, Pizan combina alegoria estável (as três damas) e variação exemplificativa (repertório histórico e mítico). A alegoria, por sua natureza “velada”, autoriza dizer o indizível; o exemplum prova pelo precedente; juntas, desfazem lugares-comuns como inconstância, loquacidade ou incapacidade intelectual das mulheres (Silva, 2018; Benevenuto, 2021). A cada estereótipo mobilizado pela tradição, responde-se com um contraexemplo no terreno da própria autoridade canônica, invertendo a direção do argumento.

Na tradição medieval, as alegorias eram vistas como formas legítimas de transmitir verdades morais e espirituais. Pizan se apropria desse recurso para transformar sua obra em uma defesa sistemática das mulheres, contrapondo-se a filósofos, médicos, juristas e poetas que afirmavam a inferioridade feminina.

A autora propõe com essa obra, oferecer as mulheres, não só uma leitura, mas ofertar um espaço belo, virtuoso e acolhedor. “A utópica cidade construída por Christine de Pizan seria fundada em um campo fértil e rico, no ‘Campo das Letras’, com objetivo de ser, não apenas um refúgio para as mulheres, mas uma verdadeira fortaleza contra as injúrias presentes nos grandes clássicos da época” (Calado, 2006, p.31).

Pizan defende que o valor de uma pessoa não está no gênero ou no corpo, mas na perfeição de caráter e nas virtudes que possui, criticando estereótipos que associavam o corpo feminino à fraqueza ou à inferioridade moral. Além disso, ela planeja, ao erguer simbolicamente *A Cidade das Damas*, criar um refúgio contra a misoginia e a difamação masculina, propondo uma sociedade ideal onde mulheres são reconhecidas e valorizadas. Dessa forma, a autora não apenas desafia a hierarquia social patriarcal de seu tempo, mas também inaugura uma reflexão sobre igualdade de gênero que permanece atual.

Com a tríade, Razão, Retidão e Justiça, Pizan não apenas inverte a hierarquia medieval que subordinava a mulher à tutela masculina, mas oferece uma contranarrativa direta ao *Roman de la Rose*: onde Jean de Meun transforma alegorias como La Vieille e Le Jaloux em porta-vozes da misoginia, Pizan converte as virtudes teologais e cardeais em damas que falam em nome das mulheres, deslocando o debate do terreno da sátira para o da razão e da justiça (Huot, 1993; Mcwebb, 2013; Brown-Grant, 1999).

2. 2 A função pedagógica das personagens: modelos de resistência e inspiração

No Livro da *Cidade das Damas*, Christine de Pizan constrói uma defesa sistemática do conhecimento das mulheres ao criticar as ideias e a lógica sobre as quais se baseiam as formas misóginas de discurso e ao construir um espaço simbólico onde as mulheres aparecem como sujeitos do conhecimento. Brown-Grant (2003) interpreta Pizan como mostrando como muitos autores medievais repetiam

argumentos contra as mulheres sem análise crítica, revelando que a misoginia era frequentemente um produto da tradição em vez da razão. Ao expor essa incoerência, a escritora mina o prestígio dessas autoridades e abre caminho para uma nova leitura da experiência feminina.

Como técnica de legitimação intelectual, as alegorias da Razão, Retidão e Justiça são utilizadas por Pizan. Delany (1991) observa que Pizan utiliza tais figuras como "autoridades universais" que podem validar a existência das mulheres no domínio do conhecimento de uma forma que desloca a consideração ética do moral—um modo tradicional de objetificação das mulheres—para o racional—um modo em que as distinções entre os sexos perdem toda a razão de ser. A Senhora Razão, por exemplo, afirma que a desvalorização das mulheres não deriva da natureza, mas de condições sociais restritivas.

A "mulher intelectual" também pode ser vista através da auto apresentação de Pizan como escritora, leitora e intérprete. Como Brown-Grant (2003) indica, este gesto vai além de sua função literária—enquanto é uma função das formas de arte literária, é também um ato político; através de sua escrita, Christine de Pizan estabelece-se como uma figura feminina letrada modelo, assim contrariando normas sociais e reconhecendo o lugar que as mulheres ocupavam na cultura letrada medieval.

A representação metafórica de *A Cidade das Damas* consolida-se como um espaço literário e político para a validação do conhecimento feminino. Willard (1984) analisa que esta cidade simbólica, por sua vez, representa uma instituição alternativa, uma que foi estabelecida para garantir o reconhecimento das mulheres e assegurar a continuidade de sua tradição intelectual. Assim, Pizan não só defende a capacidade racional das mulheres, mas constrói um espaço ficcional no qual essa capacidade é a base de um novo sistema moral e intelectual.

Em *A Cidade das Damas*, Christine de Pizan apresenta uma galeria de mulheres sábias que servem como exemplos de inteligência, virtude e liderança. Ela reúne figuras da Antiguidade, da Bíblia e da tradição cristã para desafiar os discursos misóginos predominantes na Baixa Idade Média, mostrando que as mulheres também podem raciocinar, ensinar e exercer autoridade moral e intelectual.

Pizan dialoga com as alegorias sobre o imaginário e o contexto social da França medieval. Diante o seu vasto repertório de leituras misóginas disponíveis à época, emerge nela uma inquietação quanto à inteligência das mulheres, ou à suposta ausência desta, conforme difundiam os discursos vigentes.

O questionamento sobre a “inteligência feminina” não nasce apenas de uma reflexão pessoal de Pizan, mas de sua experiência como leitora de textos que reiteravam a incapacidade moral e racional das mulheres. Pizan, então, questiona a alegoria Razão, sobre Deus já ter ofertado a alguma mulher sapiência. “Desejo muito saber se seriam possíveis tais habilidades, pois os homens afirmam que as mulheres são dotadas de fraca capacidade intelectual” (Pizan, 2012, p. 126).

A dama Razão, em resposta, apresenta alguns exemplos de mulheres inteligentes, que comprovam a exclusão feminina na sociedade medieval, já que, para os homens, as mulheres nascem para o casamento e afazeres domésticos, inibindo-as das ciências. A Razão afirma:

Vou repetir e não duvides do contrário, pois, se fosse um hábito mandar as meninas à escola e ensinar-lhes as ciências, como o fazem com os meninos, elas aprenderiam e compreenderiam as sutilezas de todas as artes e de todas as ciências tão perfeitamente quanto eles (Pizan, 2012, p. 126).

A dama razão utiliza-se dessa explicação para demonstrar a Pizan, que a diferença entre os sexos, de acordo com o olhar social, ocorre por falta de oportunidades às mulheres e isso impacta diretamente na base da sociedade. Ou seja, se todos e todas tivessem acesso à educação, não existiria o discurso sobre a incapacidade feminina. Logo essa construção de inferioridade é estabelecida pelos povos, sendo caracterizado como social e não natural.

A passagem citada não é um aforismo isolado: ela condensa o núcleo normativo do projeto de Christine, a tese da equivalência intelectual, e redefine o problema em termos de política do acesso. Em vez de aceitar como naturais os resultados desiguais, a autora os reconduz a barreiras de formação e experiência, isto é, a causas institucionais e culturais, não ontológicas. Sua inquietação transforma-se em um motor para a escrita: ela busca desestabilizar esse discurso tradicional, propondo uma nova compreensão das capacidades intelectuais e virtudes das mulheres.

Nesse ponto, a tríade alegórica opera como engrenagem: Razão reclassifica as acusações como falácias e recoloca o debate no plano da prova; Retidão transforma essa virada em norma prática e em critérios de conduta; Justiça estabiliza a distribuição de mérito e credibilidade de modo a reconhecer, publicamente, feitos e competências femininas (Benevenuto, 2021; Karawejczyk, 2017). O efeito é duplo:

desmonta-se o essencialismo e institui-se um padrão de avaliação que toma educação e oportunidade como variáveis explicativas centrais.

Daí a força da metáfora da cidade como fortaleza e escola. Fortaleza, porque reúne e protege uma memória coletiva contra a difamação, blindando-a em muros simbólicos; escola, porque organiza um currículo exemplar, Safo no domínio letrado, Minerva e Carmenta nas artes e na gramática, Semíramis no governo, Sibilas no discernimento espiritual, que ensina a ver e redistribui crédito epistêmico (Kulkamp, 2020; Benevenuto, 2021).

Ler a obra *A Cidade das Damas*, não é apenas receber conteúdo: é ser treinado a substituir estereótipos por critérios e a reconhecer, caso a caso, competências e efeitos públicos das mulheres. Esse desenho pedagógico prepara a próxima etapa da análise, o mapeamento das tipologias de saber e dos critérios de legitimação, mostrando como a utopia urbana de Christine funciona, simultaneamente, como arquivo, tribunal e sala de aula (Karawejczyk, 2017; Kulkamp, 2020).

Partindo da engenharia alegórica previamente examinada, a obra *A Cidade das Damas*, organiza um vasto catálogo que cumpre dupla função: probatória (refutar a tese da inferioridade feminina mostrando contraexemplos) e pedagógica (oferecer modelos de conduta às leitoras). Estudos recentes salientam que Pizan mobiliza mais de uma centena e meia de perfis de mulheres, governantes, letradas, santas, inventoras, para demonstrar, na própria superfície narrativa, que a razão e a virtude não são monopólio masculino (Schmidt, 2021; Bauer, 2024). Nessa chave, o exemplar não é mero ornamento erudito; ele constitui o método central da autora para produzir evidência histórica e moral em favor do saber feminino.

No eixo literário/poético, Pizan reposiciona a autoria feminina no cânone ao destacar figuras como Safo, celebrada por sua “grande inteligência” e domínio de múltiplas artes, cujo legado poético permanece como modelo de perfeição, um gesto que corrige a narrativa que excluía mulheres do estatuto de autoridade textual (Calado, 2006).

A presença de Proba e Comifícia/Falcona reforça a tese: além de versar com perícia, essas autoras são apresentadas como auctoritates cuja obra legitima a competência técnica e a erudição femininas (Calado, 2006; Benevenuto, 2021). Ao compor esse grupo, Pizan transforma a literatura em prova de capacidade, não apenas em adorno, desarmando a associação entre eloquência e masculinidade (Calado, 2006; Özbey, 2024).

No eixo técnico/artesanal, a autora coloca em cena a inteligência inventiva como critério de legitimação. Minerva surge como descobridora de letras e números, além de maestra das técnicas de fiação e tecelagem; Nicóstrata/Carmenta é associada à invenção do alfabeto latino e à fundação da gramática; Ceres, por sua vez, figura como inventora da agricultura e organizadora da vida cívica. Ao inscrever esses feitos na origem das artes, da escrita e da própria cidade, Christine vincula utilidade social e excelência técnica ao saber feminino, deslocando a visão que confinava mulheres ao âmbito doméstico (Calado, 2006; Benevenuto, 2021).

No eixo político, o repertório enfatiza governo, disciplina e coragem. O caso de Semíramis é paradigmático: após a morte de Nino, a rainha administra e expande o reino com “força e vigor”, superando rivais e estabilizando terras por meio da ordem de cavalaria. A narrativa confere à personagem uma autoridade de mando que usualmente a tradição reservava aos homens, convertendo sua biografia em argumento de competência pública feminina (Calado, 2006; Bauer, 2024; Özbey, 2024). O efeito é estratégico: governo eficaz e prudência são apresentados como virtudes verificáveis em mulheres, desmentindo o estereótipo de inaptidão para a coisa pública.

No eixo moral/teológico, Pizan convoca sibilas e santas para sustentar uma autoridade espiritual feminina reconhecida por tradições antigas. As Sibilas, dotadas de clarividência e profecia, são apresentadas com ênfase na pureza de vida e no saber inspirado, o que as coloca como testemunhas de conhecimento elevado ao lado (e não abaixo) de autoridades masculinas. Esse expediente amplia o campo do saber admitido na obra, mostrando que conhecimento prático, letrado e espiritual compõem uma constelação de competências reconhecíveis em mulheres (Calado, 2006).

Dessas séries exemplares derivam critérios recorrentes de legitimação: (a) efeitos públicos dos feitos (fundar cidades, inventar técnicas, governar reinos, produzir obras), e (b) virtudes intelectuais e morais (prudência, engenho, eloquência, integridade). Em termos metodológicos, a autora desconstrói generalizações misóginas pela via da indução histórica: uma sequência de casos positivos produz a falsificação prática dos estereótipos (loquacidade, inconstância, incapacidade racional), ao mesmo tempo que ensina o leitor a separar prova de preconceito (Benevenuto, 2021; Duby; Perrot, 1998). Esse movimento corresponde, dentro do livro, à passagem do juízo apressado para o juízo informado, um treinamento do olhar em que o exemplum se torna instrumento de justiça epistêmica.

Importa notar, ainda, a curadoria da memória que preside a seleção dos perfis. Quando Dama Retidão convida Pizan a “povoar” a cidade com mulheres de grande mérito, explicita-se que a urbe simbólica será habitada por casos paradigmáticos, aptos a funcionar como modelos e barreiras contra a difamação. A escolha deliberada de figuras excelsas cria um “muro de reputações” que protege e educa: a cidade-arquivo salvaguarda a lembrança dessas vidas, e a cidade-escola as oferece como roteiro formativo às leitoras (Schmidt, 2021; Bauer, 2024).

Nesse quadro, a educação aparece como condição de possibilidade que costura todas as tipologias. Ao longo do percurso, os exemplos servem à tese, reiterada pela Dama Razão, de que diferenças de desempenho refletem oportunidades assimétricas de instrução e experiência, não uma natureza inferior. Ou seja, essa suposta inferioridade não é algo natural, mas resultado de convenções sociais e da falta de acesso à educação, homens e mulheres têm a mesma capacidade racional. Pause:

O argumento de Pizan é demonstrar como as mulheres muitas vezes são taxadas de incapazes de aprender porque simplesmente não as incentivaram, diferente do caso da própria escritora, que teve sua educação priorizada ainda quando nova. Assim, a educação tem uma presença forte ao longo de toda a narrativa, tanto como temática principal como o caso da seção tratada aqui, quanto de forma secundária. Pizan nos traz exemplos de mulheres que aprenderam e foram capazes de feitos que, segundo ela, os homens indicavam não ser apropriado ao feminino (Pause, 2022, p. 38).

Após demonstrar essas figuras femininas de poder a dama Razão demonstra para Pizan que Deus não faz distinção entre homens e mulheres, pois a inteligência é ofertada a todos e todas. “A intenção de Christine era mostrar que as mulheres têm capacidade de governar tão bem quanto qualquer homem, mostrando-as com prudência e com mentes esclarecidas para a política e para a justiça” (Santos, 2021, p. 800).

A pedagogia dos casos, portanto, faz convergir objetivo moral (formar virtudes), objetivo cognitivo (testar hipóteses contra evidências) e objetivo político (restituir lugar às mulheres como sujeitos do saber). Com isso, Christine não apenas reúne histórias; ela codifica um método de leitura que ensina a duvidar da autoridade quando esta se divorcia da experiência (Benevenuto, 2021; Schmidt, 2021).

Por fim, é útil reconhecer um limite produtivo do projeto: ao privilegiar “mulheres de grande mérito”, a autora trabalha com exemplaridade seletiva, capaz de persuadir pelo alto padrão, mas que não pretende abarcar a totalidade da experiência feminina.

Longe de ser falha, essa seleção cumpre a estratégia de erguer um padrão público de excelência contra a difamação generalizante, ao mesmo tempo em que oferece um repertório de tipologias de saber (literário/poético; técnico–artesanal; político; moral/teológico) e critérios de legitimação que está sistematizado nos Quadros 1 e 2, servindo de ponte entre a narrativa medieval e discussões contemporâneas sobre reconhecimento e justiça epistêmica (Calado, 2006; Bauer, 2024).

Quadro 1 - Mulheres citadas por Christine de Pizan e seus tipos de saber

Tipologia de saber	CrITÉRIOS de legitimação (na obra)	Virtudes destacadas	Personagens–exemplos (referência)
Literário/Poético	Produção de poemas/textos; domínio de métrica e eloquência; reconhecimento por pares	engenho, eloquência, erudição	Safo; Proba; Falcona/Comificia (Calado, 2006).
Técnico/Artesanal	Invenção de técnicas, letras e ofícios; utilidade social	invenção, disciplina, utilidade	Minerva; Nicóstrata/Carmenta; Ceres (Calado, 2006; Benevenuto, 2021).
Político	Governo prudente; expansão/defesa do reino; administração eficaz	prudência, coragem, justiça	Semíramis; (também Artemisa, Dido, entre outras) (Calado, 2006; Bauer, 2024).
Moral/Teológico	Profecia, santidade, pureza de vida; autoridade espiritual	sabedoria, temperança, fé	Sibilas; santas (CALADO, 2006).

Fonte: elaboração própria a partir de Christine de Pizan (2012) e estudos citados.

O quadro sintetiza, em chave operacional, como Pizan distribui os tipos de saber (literário/poético; técnico-artesanal; político; moral/teológico) e os converte em critérios públicos de legitimação (autoria reconhecida, invenção/engenho, governo prudente, virtudes morais e intelectuais). A construção do quadro decorre do método indutivo que a própria autora dramatiza: à medida que Razão exige prova e Retidão convoca exemplos, os casos acumulados desautorizam generalizações misóginas e treinam o leitor a julgar por efeitos verificáveis (obras, invenções, governo) e por virtudes (prudência, integridade, eloquência), não por estereótipos (Calado, 2006; Brown-Grant, 2003).

Assim, a matriz torna visível que a defesa do saber feminino em *A Cidade das Damas* depende de um conjunto articulado de competências e não de um único domínio especializado (Pizan, 2012). Esse quadro evidencia que Christine de Pizan não argumenta de forma abstrata, mas demonstra, com exemplos reais, que as mulheres sempre contribuíram para diferentes áreas do saber.

Ao organizar esses exemplos por categorias, ela facilita a visualização da diversidade das capacidades femininas. O método indutivo usado pela autora transforma cada personagem em uma prova concreta contra ideias misóginas. Assim, o leitor é levado a basear seus julgamentos em fatos e virtudes, não em preconceitos. O quadro mostra que o saber feminino é amplo, legítimo e historicamente comprovado.

Quadro 2 - Exemplos de personagens femininas descritores (amostrais)

Personagem	Área do saber	Descritor/justificativ a sintética	Localização no acervo
Safo	Literário/poético	Poeta ilustre; excelência de talento e sabedoria	(Calado,2006) .
Proba	Literário/poético	Cento bíblico; domínio de versos	(Calado,2006) .
Comifícia (Falcona)	Literário/poético	Louvor de Boccaccio; leite da doutrina	(Benevenuto, 2021).

		filosófica (metáfora do saber)	
Minerva	Técnico/artesanal	Ensino das artes e técnicas	(Calado, 2006).
Nicóstrata/Carmentis	Técnico/linguístico	Invenção do alfabeto latino e fundação da gramática	(Calado, 2006).
Ceres	Técnico/civilizatório	Invenção da agricultura; criação de vida urbana	(Pizan, 1405 <i>apud</i> Calado, 2006; Benevenuto, 2021).
Semíramis	Político/militar	Administração e expansão territorial; vigor e disciplina	(Calado, 2006; Bauer, 2024).
Sibilas	Moral/teológico	Profecia e clarividência; título de “a que conhece o pensamento de Deus”	(Calado, 2006).

Fonte: elaboração própria a partir de Christine de Pizan (2012) e estudos bibliográficos citados

Esta amostragem privilegia com função probatória clara em cada tipologia: Safo (Literário/poético - Poeta ilustre; excelência de talento e sabedoria); Cornificia/Comificia (autoria letrada reconhecida por pares); Proba (métrica bíblica como mestria técnica); Nicóstrata/Carmenta (invenção do alfabeto e fundação da gramática); Ceres (inovação civilizatória); Semíramis (governo e disciplina política); Sibilas (autoridade espiritual).

Essa curadoria reflete a própria lógica de Pizan: povoar a cidade com mulheres de grande mérito para erguer um “muro de reputações” que protege e educa, convertendo memória histórica em norma de julgamento (Pizan, 2012; Calado, 2006). A seleção é deliberadamente seletiva (alto padrão), porque responde à estratégia de refutar pela excelência, não de descrever a totalidade da experiência feminina (Brown-Grant, 2003).

Longe de ser mera resposta defensiva, *A Cidade das Damas* constitui ato político-epistêmico: ao erguer muros de razão e telhados de justiça, Pizan não pede inclusão no espaço letrado masculino, ela o reconfigura, demonstrando que a autoridade intelectual não tem sexo. Esse gesto, iniciado na *Querelle du Roman de la Rose* (1401–1403) e culminado em 1405, marca o nascimento público do discurso feminista no Ocidente e permanece, seis séculos depois, como referência fundamental para qualquer reflexão sobre justiça de gênero e justiça epistêmica. (Brown-Grant, 1999; Benevenuto, 2021; Alves; Alves, 2020).

Esse enriquecimento destaca não só os nomes e categorias, mas amplia o significado e o papel simbólico de cada personagem dentro da perspectiva da construção feminista da cidade das damas, reforçando a articulação entre áreas de saber, legitimidade intelectual e autoridade femininas.

Personagens como Minerva e Nicóstrata/Carmenta ampliam o alcance para o ensino das artes e a criação linguística, sublinhando a importância do saber prático e sistemático. Ceres representa a base civilizatória material ao inovar na agricultura e na vida urbana, o que é essencial para a construção social. Semíramis salienta a presença feminina no vigor político e militar, e as Sibilas expressam a autoridade espiritual e moral, conferindo à cidade um fundamento holístico do saber feminino. A seleção é deliberadamente seletiva (alto padrão), porque responde à estratégia de refutar pela excelência, não de descrever a totalidade da experiência feminina (Brown-Grant, 2003).

3 O CONFRONTO COM A TRADIÇÃO MISÓGINA PRESENTE EM O ROMAN DE LA ROSE E O CONTRA-ARGUMENTO DE CHRISTINE DE PIZAN

A Baixa Idade Média europeia foi marcada por um ambiente intelectual fortemente, androcentrista, no qual a produção letrada, filosófica, teológica e literária circulava majoritariamente “de homens, para homens e contra mulheres”, consolidando imagens depreciativas do feminino e naturalizando sua exclusão do saber e da vida pública (Calado, 2006).

Esse padrão se explica, em parte, pela autoridade conferida aos clássicos e à patrística, frequentemente mobilizados para sustentar uma alegada inferioridade natural das mulheres, assim como pela hegemonia masculina nas instituições de ensino e nas cortes letradas (Calado, 2006). É nesse pano de fundo que se deve ler a emergência de textos e debates que, ou reforçam, ou contestam essa ordem simbólica.

*Aristóteles*¹⁴, em livros como *Política* e *História dos Animais* (*Historia Animalium*)¹⁵, firmou que a mulher era como um “macho incompleto”, biologicamente menos desenvolvida e com menos inteligência. Essa ideia, que determinava o homem como racional e a mulher como passiva, foi adotada por autores cristãos e virou padrão na escolástica. Assim, a visão aristotélica atravessou o tempo, ajudando a justificar a exclusão das mulheres da vida intelectual e da política.

Esse legado filosófico se misturou com a tradição cristã, que enxergava a mulher principalmente pela história bíblica da queda, colocando Eva como pecadora e símbolo de tentação e fraqueza moral. Essa visão ajudou a criar um gênero literário bastante negativo em relação às mulheres, com sermões, provérbios e textos satíricos que as retratavam como indecisas, sedutoras e enganadoras.

Um exemplo famoso dessa ideia é o *Roman de la Rose* (*O Romance da Rosa*), escrito na segunda metade do século XIII, é um poema francês medieval escrito como um sonho alegórico sobre o amor e é dividido em duas fases bem distintas uma da outra. A primeira parte foi escrita por Guillaume de Lorris (por volta de 1230), com um

¹⁴ *Aristóteles* (384 a.C.–322 a.C.) foi um dos filósofos gregos mais importantes. Ele foi o principal nome da terceira fase da filosofia grega, chamada “fase sistemática”. Ele escreveu sobre política, ética, moral e outros assuntos (Aristóteles, 1980).

¹⁵ *Historia Animalium* é um dos textos principais sobre biologia do filósofo grego Aristóteles. Ele estudou na Academia de Platão, em Atenas. Esse texto foi escrito no século IV a.C (Silva, 2006)

tom cortês e alegórico, e a segunda por Jean de Meun (por volta de 1275), que adota um tom satírico e filosófico que expõe uma visão profundamente crítica e depreciativa das mulheres, sendo uma das mais vastas e agressivas compilações de discursos misóginos da literatura ocidental medieval (Brown-Grant, 1999; Calado, 2006).

Tornou-se uma das obras mais lidas, copiadas e influentes da literatura medieval europeia, com mais de 320 manuscritos conservados (Huot, 1993; Langlois, 1914-1924), ele funcionou simultaneamente como espelho e como motor da ideologia androcêntrica dominante, sendo considerado por muitos historiadores da literatura como o best-seller vernacular antes da imprensa (Badel, 1980).

Enquanto Guillaume exaltava o amor cortês, Jean de Meun expandiu a narrativa de forma negativa, chegando a um discurso abertamente misógino, descrevendo as mulheres como interesseiras, manipuladoras, incapaz de manter virtude ou constância, sendo movidas somente pelo desejo carnal. Por sua popularidade, o *Roman de la Rose* ajudou a consolidar e espalhar séculos de pensamentos misóginos contra as mulheres, tornando-se um símbolo da tradição, que Christine de Pizan mais tarde questionaria em seus escritos.

O prestígio universitário do texto e sua recepção em meios letrados contribuíram para sedimentar representações de inferioridade feminina precisamente nos espaços dos quais as mulheres estavam formalmente excluídas (Escudero, 2008; Duby, 1990). Não surpreende, portanto, que a obra tenha se tornado pivô de controvérsias morais e literárias, nas quais se discutiam tanto seu conteúdo quanto seus efeitos sociais.

A primeira parte do *Roman de la Rose* (aproximadamente 4.058 versos), escrita por Guillaume de Lorris por volta de 1230–1235, inscreve-se plenamente na estética do amor cortês fin'amor (Lewis, 1936; Köhler, 1974). O narrador-sonhador entra num jardim alegórico (Vergier de Deduit), encontra a rosa (objeto do desejo) e recebe conselhos de personagens alegóricos como *Bel-Accueil*, *Danger* e *Malebouche*. O tom é delicado e idealizante, e a mulher-rosa permanece silenciosa e passiva, reduzida a símbolo de beleza inacessível (Huot, 1993). Embora já contenha os germes de uma visão assimétrica do amor, esta primeira parte ainda se mantém dentro dos limites aceitáveis da convenção cortês e não apresenta ataques diretos ao sexo feminino (Fleming, 2008). É exatamente essa aura de respeitabilidade que tornará ainda mais chocante a virada operada por Jean de Meun quarenta anos depois (Delacampagne, 1994).

Por volta de 1275, Jean de Meun retoma o poema inacabado de Guillaume e acrescenta mais de 17.000 versos, transformando-o numa gigantesca enciclopédia em verso que abarca teologia, filosofia natural, óptica, astrologia e uma violenta crítica social (Paré, 1952; Huot, 1993). Meun abandona por completo o tom galante e passa a inserir longos discursos de personagens que falam abertamente contra as mulheres (Calado, 2006; Escudero, 2008). Segundo Rosalind Brown-Grant (1999), Jean de Meun transforma a alegoria cortês num verdadeiro tribunal onde a mulher é julgada e condenada por todas as tradições do saber masculino. Os trechos mais agressivos concentram-se em três grandes monólogos que reproduzem e amplificam a tradição misógina clássica e patrística (Leite, 2008; Alves; Alves, 2020):

A) O discurso do Jaloux (vv. 8455–9940):

O marido possessivo descreve a esposa como criatura inconstante e interesseira e incapaz ser fiel. Sempre orientada por vantagens materiais; desleal, inclinada a trair quando surge a oportunidade. Seu discurso parte da premissa de que a mulher é, por natureza, indigna de confiança e movida por paixões desordenadas — um argumento típico dos tratados misóginos que circulavam na Idade Média (Meun; Lorris, 2016).

O que Jean de Meun insere no poema um longo monólogo que reforça a ideia de que o controle do corpo e da conduta da esposa é justificado pela suposta inferioridade moral feminina (Meun; Lorris, 2016). A fala do Jaloux funciona como um “espelho pedagógico” para o leitor masculino medieval, reafirmando que a vigilância, a coerção e o domínio sobre a mulher seriam mecanismos legítimos de preservação da honra masculina. Seu discurso reforça a visão de que a esposa é moralmente fraca e movida apenas por conveniências, funcionando como exemplo de misoginia na obra (Meun; Lorris, 2016).

B) O sermão de La Vieille (vv. 12397–13956):

A velha alcaiete ensina como enganar e explorar os homens, confirmando o estereótipo da mulher falsa e venal (HUOT, 1993). La Vieille, uma alcaiete experiente, ensina estratégias de manipulação para enganar homens, lucrar com eles e esconder

traições. Sua fala reforça o estereótipo medieval da mulher astuta, enganadora e movida por interesses materiais (Huot, 1993).

La Vieille, ao falar sobre a feminilidade, apresenta a mulher como essencialmente performativa, dependendo da habilidade de desempenhar papéis, simular sentimentos e manipular os desejos masculinos para sobreviver. Para ela, a capacidade de explorar a vaidade e a credulidade dos homens—usando sedução, fingimento, lágrimas calculadas, promessas falsas ou a teatralização do afeto—é a chave para o sucesso feminino. Por essa razão, a personagem apresenta um repertório de estratégias que reforçam o estereótipo da mulher medieval como enganadora, venal, motivada pela busca incessante de ganho econômico e incapaz de agir com princípios morais (Huot, 1993).

C) O discurso final de Genius (vv. 19441–20670):

O sacerdote da Natureza diz aos homens para abandonarem o casamento, ele retrata as mulheres como animais irracionais, volúveis e perigosos, com um impulso incontrolável, e faz comparações inevitáveis entre o comportamento feminino e o dos animais, que agem apenas de acordo com seus instintos (Brown-Grant, 1999).

O sacerdote da Natureza, Genius, termina a peça com um sermão que adverte os homens a evitarem o casamento, que pode causar sofrimento, privação de liberdade e uma ameaça à estabilidade dos homens (Brown-Grant, 1999). O sermão é, portanto, um veículo para espalhar a linguagem da misoginia, bem como fornecer uma justificativa para o uso de imagens nas quais uma crença na inferioridade das mulheres pode ser estabelecida em virtude das supostas características imperfeitas das mulheres (Brown-Grant, 1999).

O sucesso editorial do *Roman de la Rose* é impressionante: mais de 320 manuscritos conservados (Langlois, 1914-1924; Huot, 1993). Como sublinha (Huot, 1993), o *Roman* funcionava como manual de formação do homem letrado: ensinava filosofia, ciência e, ao mesmo tempo, consolidava o desprezo pela mulher como elemento estrutural da identidade clerical e cortês.

Era, portanto, lido exatamente nos espaços dos quais as mulheres estavam excluídas (Duby, 1990; Calado, 2006), o que torna ainda mais revolucionária a intervenção pública de Christine de Pizan em 1401–1402 (Schmidt, 2020). Assim, o *Roman de la Rose* não foi apenas um reflexo da misoginia medieval: foi um dos seus

mais poderosos agentes de reprodução e legitimação (Leite, 2008; Alves; Alves, 2020).

Figura 3 - Cena do *Roman de La Rose*: Iluminura representando Ociosidade (Oiseuse) e Franqueza (Franchise) no jardim murado



Fonte: *Le Roman de la Rose*, f. 7v. Manuscrito iluminado, França, século XV. Reproduzido em: M. Moleiro Editor. *Roman de la Rose – Manuscrito iluminado*. Disponível em: <https://www.moleiro.com/>. Acesso em: 25 de novembro de 2025.

A ilustração do *Roman de la Rose* apresenta duas personagens cruciais para a compreensão do trajeto simbólico do Amante. À esquerda apresenta-se Ociosidade, caracterizada por roupas vermelhas e postura graciosa. A cena ocorre dentro de um jardim murado, um espaço recorrente na literatura cortesã onde a ordem, o controle e a garantia do florescimento do amor cortês são metaforicamente representados. Ociosidade, por sua vez, é quem lidera a antessala do paraíso amoroso, tornando-se a figura intermediária entre o Amante e o mundo dos prazeres cortesãos no poema.

À direita está Franqueza trajada de azul e dourado, e segurando uma tocha acesa. A tocha representa a luz moral, elemento que simboliza clareza, honestidade e conduta reta. No *Roman de la Rose*, Franqueza orienta o Amante em direção a comportamentos nobres, lembrando que o amor cortês não deve ser apenas desejo, mas também prática ética. A associação entre a virtude e a iluminação não é acidental: trata-se de um recurso visual que traduz a função pedagógica da alegoria, indicando que as ações do protagonista devem ser guiadas pela transparência e pela integridade emocional.

A obra *A Cidade das Damas* de Christine de Pizan, é um marco importante na história do pensamento medieval, especialmente porque foi uma das primeiras estudiosas a defender as mulheres em uma época dominada por ideias misóginas. Durante a Baixa Idade Média, muitos textos filosóficos, religiosos e literários, como o de *Roman de la Rose*, reforçaram a visão de que as mulheres eram incapazes de pensar, tinham uma moral frágil e eram destinadas a obedecer aos homens e se submeter à vida doméstica.

Pizan rebate as críticas atribuídas às mulheres por meio da criação de uma cidade simbólica cheia de personagens como Razão, Retidão, Justiça, além das mulheres sábias citadas. Desse atrito emerge o que se convencionou chamar de *Querelle des femmes* e, em particular, a *Querelle du Roman de la Rose* (c. 1401–1403): um debate epistolar público que confrontou a autoridade de Jean de Meun e de seus defensores, contrapondo-lhes a crítica de Christine de Pizan e de aliados como Jean Gerson aos altos funcionários da chancelaria real que defendiam a obra de Jean de Meun (Jean de Montreuil, Gontier Col e Pierre Col). É considerada por grande parte da crítica a primeira polêmica literária pública da história ocidental e, sobretudo, o primeiro momento em que uma mulher, Christine de Pizan toma a palavra em espaço letrado masculino para defender sistematicamente o sexo feminino (Mcwebb, 2013; Schmidt, 2020; Leite, 2008; Brown-Grant, 1999).

A troca de cartas iniciada quando Jean de Montreuil exalta o *Roman de la Rose*, concomitantemente em resposta, Pizan explicita uma disputa sobre a responsabilidade moral do autor e sobre a função edificante da Literatura, abrindo, de modo raro para o período, um espaço de defesa explícita do “sexo feminino” no coração da esfera letrada (Mcwebb, 2013; Schmidt, 2020). Ao deslocar a discussão para a ética da autoria e para os efeitos públicos do texto, a polêmica torna visível a tensão entre cânone e experiência.

Segundo Leite (2008), Pizan participa da Primeira *Querella Feminista* por conta desse embate literário, onde assume publicamente seu papel de escritora e coloca-se contra o *Roman de La Rose* e seus defensores, desmitificando esse papel de inferioridade intelectual, o qual, a mulher foi submetida.

A posição de Christine de Pizan nesse cenário é singular e ajuda a entender a autoridade de sua intervenção. Ela converte a escrita em ofício e alcança notabilidade nas redes cortesãs francesas, situação excepcional para uma mulher de seu tempo. Sua formação acesso à Biblioteca Régia, circulação em meios letrados e apoios familiares contrariavam o senso comum da incapacidade feminina para ciências e letras, dando-lhe repertório e confiança para disputar, desde dentro, os códigos do letramento cortesão (Schmidt, 2020). Essa biografia, articulada a uma consciência aguda do funcionamento do campo literário, explica a passagem do luto privado à intervenção pública.

Quadro 3 – Troca de cartas e textos que compõem a La *Querelle do Roman de la Rose*

Data aproximada	Autor / Documento	Resumo do conteúdo principal	Posição
Outono 1401	Jean de Montreuil – Carta-laudatória (perdida, reconstruída)	Exalta o Roman de la Rose como obra moral, filosófica e útil à sociedade.	Defesa

2 fev. 1401	Christine de Pizan – Primeira carta a Jean de Montreuil	Crítica a imoralidade, a obscenidade e a misoginia explícita do texto de Jean de Meun.	Ataque
1401–1402	Gontier Col – Resposta a Christine	Acusa Christine de “falta de entendimento” e de atacar uma obra universalmente admirada.	Defesa
15 ago. 1402	Christine – Carta a Pierre Col	Resposta longa e contundente: defende a responsabilidade ética do escritor e o direito de uma mulher opinar.	Ataque
Set. 1402	Jean Gerson – Traité contre le Roman de la Rose (Visão do Foolish Lover)	Ataque teológico violento: o Roman é obra “diabólica” que incita ao pecado e à difamação das mulheres.	Ataque
Out. 1402	Pierre Col – Réplica a Christine e Gerson	Acusação de orgulho intelectual feminino e defesa da liberdade artística.	Defesa

1402–1403	Christine – Compilação do Dossier da Querelle (manuscrito oferecido à rainha Isabeau em 1403)	Reúne todas as cartas e acrescenta comentários finais; transforma o debate privado em documento público.	Ataque
-----------	---	---	--------

Fonte: Elaboração própria a partir de Huot (1993), Brown-Grant (1999), Hult (2003) e edição crítica de Hicks (1977).

O quadro 3 organiza, em ordem cronológica, a troca de cartas e textos que compõem *La Querelle do Roman de la Rose*, um dos primeiros debates literários públicos da história. Ele mostra como Christine de Pizan enfrentou autores influentes, criticando a misoginia presente na obra *Roman de la Rose*, enquanto vários intelectuais responderam ora em sua defesa, ora contra ela. A tabela evidencia a escalada do debate: começa com elogios ao *Roman*, segue com as críticas contundentes de Pizan e culmina em ataques teológicos e réplicas que transformam a discussão em um conflito público sobre moralidade, literatura e o papel das mulheres na sociedade medieval.

A cronologia apresentada não é apenas uma listagem de datas: ela revela a dinâmica de escalada de um debate que começou como troca privada entre altos funcionários da corte e se transformou, graças à estratégia de Pizan, em causa pública e documento histórico (Hult, 2010; Mcwebb, 2013). Em resumo, a cronologia revela uma escalada de três etapas claras: (1) elogio masculino privado → (2) contestação feminina individual → (3) institucionalização da crítica (Gerson + compilação pública).

Em *A Cidade das Damas*, a tríade alegórica Razão, Retidão e Justiça reorienta a narradora e funda um espaço de legitimação do saber feminino, enquanto a defesa de igual instrução para meninas e meninos desmonta o pressuposto de inferioridade natural (Pizan, 2012). Com isso, a autora redefine o terreno do debate e prepara a virada que a obra realiza por dentro de suas próprias convenções retóricas.

Pizan diante desse discurso androcêntrico presente no cotidiano e em constante luta em defesa do conhecimento feminino, rebate e critica os dizeres de *Roman de la Rose* por meio da Literatura. “No início do século XV, Christine atacou o

conteúdo da obra de João de Meun e seus defensores, na primeira polêmica literária da história ocidental e no primeiro posicionamento público de uma mulher em defesa das demais” (Macedo, 2002, p.94).

O *Roman de la Rose* não apenas refletiu os preconceitos de sua época, mas também contribuiu para a naturalização da desconfiança em relação às mulheres, oferecendo argumentos literários e alegóricos para sua submissão. Mas como observa Leite (2015), Pizan mobiliza uma estratégia de “contra-história”, resgatando exemplos de mulheres sábias, santas e governantes para demonstrar que a tradição masculina, ao reduzir o feminino à corrupção moral, falseava a realidade histórica.

Não se trata apenas de um expediente lógico, mas também de um gesto político-pedagógico: Pizan expõe e “desmoraliza” cânones masculinos, clássicos, patrísticos e vernáculos, quando convertidos em instrumentos de desvalorização do feminino. Em textos como *A Carta ao Deus do Amor*¹⁶ e, sobretudo, em *A Cidade das Damas*, denuncia a internalização da autodepreciação pelas próprias mulheres e propõe uma contra-pedagogia que reescreve exemplos, virtudes e méritos femininos, recolocando-os no centro da história moral (Alves; Alves, 2020). Desse modo, a autora abre uma frente de resistência que é ao mesmo tempo hermenêutica e ética. Christine de Pizan, Carta a Pierre Col (15 ago. 1402):

Como ousas dizer que uma mulher não deve julgar obra de homem? Se as mulheres tivessem escrito os livros, eu sei bem de que lado estaria a culpa. E se dizes que Jean de Meun escreveu a verdade sobre as mulheres, responde-me: onde viste tu tantas mulheres falsas, interesseiras e cruéis como ele descreve? Em que país? Em que cidade? Ou será que queres que eu creia que Deus, que é justo, criou metade da humanidade tão vil? (PIZAN, 2000, P. 78–79; 2012).

Pizan rejeita frontalmente a interdição clássica de que mulheres não podem julgar obras de homens letrados. Ao perguntar “Como ousas dizer que uma mulher não deve julgar obra de homem?”, ela expõe a violência simbólica da exclusão feminina do espaço público da crítica literária (Schmidt, 2020; Brown-Grant, 1999).

Em resumo, este trecho não é apenas uma resposta pontual: é o ato fundador do discurso feminista público na Europa. Nele, Pizan simultaneamente legitima a sua própria voz, desmonta o monopólio masculino do saber escrito e propõe uma crítica estrutural da produção cultural patriarcal, três gestos que permanecerão centrais ao

¹⁶ *A carta ao Deus do Amor (L'epistre au dieu d'Amours)* composto em 1399, é uma sátira epistolar em verso onde Cupido denuncia as difamações contra as mulheres. (Mulheres na Filosofia, 2025)

feminismo até hoje. A defesa de Pizan ressoou nos séculos seguintes e influenciou diretamente o desenvolvimento do pensamento protofeminista.

Ao analisar o *Roman de la Rose*, percebe-se que a misoginia presente na segunda parte do poema não é um elemento isolado, mas componente de uma tradição literária que moldou comportamentos e expectativas sociais sobre as mulheres na Baixa Idade Média. A resposta de Christine de Pizan em *A Cidade das Damas* opera como contra-discurso: ela desnaturaliza tais representações e demonstra que são construções discursivas, mitos que se perpetuaram por repetição, não por verdade.

Ao criar uma cidade simbólica onde o saber feminino é reconhecido, Christine redefine o campo da alegoria medieval e inaugura um modo de escrita que desafia diretamente as bases do patriarcado literário. Assim, a leitura paralela das duas obras revela não apenas uma disputa estética, mas uma disputa epistemológica e política sobre o lugar da mulher na história.

Pesquisadoras como Joan Kelly e Gerda Lerner observaram que a *Querelle des Femmes* forneceu as bases teóricas que seriam retomadas durante o Iluminismo e nos debates sobre direitos naturais. Com essas poucas linhas, Christine de Pizan não apenas venceu a *Querelle du Roman de la Rose*: ela abriu, quatro séculos antes do Iluminismo, o caminho para a crítica feminista da história do pensamento. (Kelly, 1982; Lerner, 1986).

Este percurso demonstra que Christine de Pizan não apenas venceu simbolicamente o debate, mas criou um novo gênero discursivo: a polêmica feminista pública por escrito (Leite, 2008; Alves; Alves, 2020). A partir dessa posição, sua resposta assume duas frentes complementares: de um lado, desautoriza generalizações misóginas, expondo seu fundamento falacioso e circunstancial; de outro, desloca o foco da “natureza” para as condições de acesso à educação, argumentando que o que se interpreta como deficiência intrínseca nada mais é do que efeito de oportunidades assimétricas.

3.1 Christine de Pizan: vida, obra e relevância no cenário literário medieval

Christine de Pizan nasceu em Veneza, na Itália, em 1364, mas ainda jovem mudou-se para a França com sua família. Era filha de Tommaso di Benvenuto da

Pizzano, um astrólogo respeitado que conquistou reconhecimento na corte do rei Carlos V da França. Assim, Pizan acostumou-se cedo com a vivência dos estudos, presenciando hábitos do seu pai, permanecendo sempre perto de livros e outras fontes de saber.

Pizan casou com Étienne du Castel, e eles tiveram um relacionamento que resultou no nascimento de três filhos. Entretanto, sua vida foi marcada por perdas, já que em 1386 ela perdeu seu pai, e, três anos depois, seu marido, devido à peste. Quando se viu em luto e sem recursos, precisando resolver todas as situações e sem um provedor, ela assumiu a tarefa de ganhar o sustento da família.

Diante da necessidade de sustentar seus filhos e outros membros da família, Christine começou a escrever profissionalmente. Pesquisadores apontam que ela se tornou a primeira mulher na Europa a viver exclusivamente de sua produção literária (Willard, 1984).

Formada em ambiente humanista precoce da corte de Carlos V, produziu mais de quarenta obras em francês médio, abrangendo poesia lírica, tratados políticos, autobiografia alegórica e, sobretudo, uma defesa sistemática das mulheres que culmina em *A Cidade das Damas* (1405). Nessa obra, Pizan opera três deslocamentos fundamentais: (a) da teologia para a razão como critério de julgamento; (b) da natureza para a educação como causa das diferenças de gênero; (c) do silêncio para a autoridade pública da voz feminina (Brown-Grant, 1999; Leite, 2008; Schmidt, 2020).

Figura 4 - Christine de Pizan escrevendo em seu quarto



Fonte: Collected Works (1407), BL, MS Harley 4431, fol. ?. Andrea Hopkins, *Six Medieval Women*, p. 108.

A partir dessa imagem, representada na Figura 4, observa-se Christine de Pizan sentada em uma cadeira de madeira, com vestido azul e branco. Está escrevendo em um livro, sobre uma mesa, em seu quarto, dentro da estrutura tradicional de uma casa. Segura em sua mão direita uma caneta, como companhia, um cachorro branco. A imagem foi feita por um iluminador anônimo medieval no início do século XV, por volta de 1405 a 1410, e está incluída em manuscritos de suas obras, como *O Livro da Cidade das Damas* e *O Livro das Três Virtudes*.

A imagem mostra a autora cercada por objetos de conhecimento e um ambiente arquitetônico ordenado, enfatizando não apenas o status social da autora como escritora, mas também sua função como uma mulher intelectual em um mundo totalmente masculino, como o retratado no texto. Para Willard (1984), tais exemplos de representação visual, como estes, serviram não apenas como função decorativa, mas como um meio simbólico para validar a autoridade intelectual de Christine, solidificando sua identidade como uma autora proficiente.

Além disso, como observa Brown-Grant (1999), a iconografia estabelecida em torno da figura de Christine de Pizan fornece um contraponto às representações negativas das mulheres que persistiram ao longo dos séculos na cultura medieval, pois liga racionalidade, estudo e escrita ao feminino, o que afirma ainda mais as mulheres como sujeitos que produziam conhecimento.

Christine de Pizan insere-se na Literatura Medieval tardia, atuando no ambiente das cortes francesas e dialogando com temas característicos da tradição cortês-didática. Sua obra participa ativamente da *Querelle des Femmes*, ao questionar discursos misóginos e propor uma reinterpretação da condição feminina. Como observa Leite (2008, p. 66), em Pizan “destaca-se a temática do feminino, a apresentação da ideia de que as diferenças entre homens e mulheres são de origem social”, evidenciando uma postura crítica rara para seu tempo.

Ao mobilizar a razão, o ensino moral e referências da Antiguidade, Pizan antecipa elementos de um proto-humanismo, na medida em que “propõe novas perspectivas para a compreensão do papel da mulher na sociedade medieval” (Leite, 2008, p. 71). Dessa forma, sua escrita ocupa uma posição singular entre a tradição moralizante medieval e o surgimento de novos paradigmas culturais que valorizam a educação, a agência e a dignidade feminina.

Autora, editora e publicadora, Pizan também se envolvia diretamente na confecção de seus livros: orientava copistas e artistas para ilustrar seus manuscritos, agia como própria copista, e muito astutamente presenteava compilações dedicadas a potenciais mecenas, buscando com isso segurança financeira e renome. (Schmidt, 2020, p. 2)

No começo, seus escritos eram poemas amorosos que faziam muito sucesso, não demorou para seu nome ser reconhecido. Pizan iniciou a escrita sobre as mulheres, especialmente em resposta a obras que retratavam seu “gênero” de forma negativa. Seu posicionamento foi aprofundado em o livro *A Cidade das Damas* (1405), uma "utopia" feminina ambientada em uma próspera cidade governada por mulheres virtuosas e responsáveis.

Christine de Pizan foi uma das mulheres de maior destaque na Idade Média. Sua importância vem crescendo a cada década, a partir dos 80 do século passado, depois das numerosas traduções da *Cité des Dames*, a mais conhecida de suas obras. (Deplagne, 2012, p.37)

Essa obra destacou um modelo de sociedade que desafiava a perspectiva tradicional, que considerava apenas os homens capazes de promover prosperidade,

uma visão também presente na literatura da época. Segundo Leite (2015, p. 76 A) “*La Cité des Dames* foi inspirado em *Boccaccio*, em seu *De Claris Mulieribus*, traduzido para o francês no final do século XIV. Christine adapta os exemplos de mulheres da antiguidade ou da mitologia pagã”. Além de usar outros exemplos de personagens femininos para validar a sua importância e participação na construção do mundo.

Pizan foi uma escritora prolífica: produziu mais de 40 obras em uma gama variada de gêneros literários (todas em francês médio, ou seja, o francês falado nos séculos XIV e XV) e para públicos diversos. Destacam-se os livros de instrução moral para o cultivo das virtudes, guias políticos para membros da corte e a defesa do sexo feminino. (Schmidt, 2020, p. 4)

Christine de Pizan foi a primeira mulher documentada no Ocidente a viver exclusivamente do trabalho intelectual, sustentando-se e aos filhos após a viuvez por meio da produção e da venda de manuscritos (Willard, 1984; Schmidt, 2020). Esse fato, por si só, rompe com o modelo medieval que restringia a mulher ao silêncio, à obediência e ao âmbito doméstico.

Ao assumir o ofício de escritora profissional e circular nas redes cortesãs francesas tendo acesso à Biblioteca Régia e ao mecenato de reis e príncipes, ela demonstrou na prática a capacidade intelectual feminina que a tradição escolástica negava (Brown-Grant, 1999; Leite, 2008). Além de *A Cidade das Damas* (*Le Livre de La Cité des Dames*) (1405), Pizan publica outras obras como: *Livro das Três Virtudes* (*Le Livre des Trois Vertus*) (1405), *O Livro da visão de Christine* (*Le livre de l’Advision Cristine*) (1405), entre outros.

Embora houvesse escritoras medievais anteriores ou contemporâneas — como Hrotsvitha de Gandersheim (c. 935–973), Hildegard von Bingen (1098–1179), Marie de France (c. 1160–1215) e Trotula de Salerno (século XII) — elas atuavam principalmente em contextos monásticos, cortesãos ou religiosos, sem a independência econômica secular e o proto-feminismo sistemático de Christine, o que a distingue como uma precursora no debate sobre os direitos e capacidades das mulheres (BBC News Brasil, 2025; World History Encyclopedia, 2019).

A temática que valoriza as mulheres coloca Pizan como uma precursora do “feminismo”, defendendo a ideia de que a natureza não concedeu superioridade masculina e que as diferenças eram resultado de fatores sociais, como a negação do acesso à educação e restrições à participação ativa em atividades consideradas

masculinas. Sua produção foi atacada por críticos por causa do conteúdo e por ter sido concebida por uma mulher.

O contexto histórico impactou profundamente seus últimos anos. A França estava lutando com os estragos da Guerra dos Cem Anos, e Paris havia se tornado um lugar de violência, fome e caos político. Quando os borgonheses tomaram a cidade em 1418, isso destruiu a atmosfera intelectual da qual Christine dependia para sobreviver, tornando difícil para ela se envolver na vida pública (Willard, 1984). Nesse momento, Christine se retirou para um convento em Poissy. Kelly (1984) argumenta que essa escolha não deve ser vista exclusivamente como uma forma de devoção à religião, mas como um método de sobrevivência social.

Como um ambiente socialmente aceitável para mulheres viúvas e idosas, o convento proporcionava tanto segurança material quanto proteção física em tempos de guerra. Christine se afastou de seu processo literário durante esse tempo. Esse silêncio, escreve Brabant (1992), é sobre exaustão pessoal, mas também sobre a total exclusão das mulheres na política e no intelectual, em tempos de conflito armado.

Mas em 1429, Christine quebrou esse silêncio quando escreveu um poema em memória de Joana d'Arc¹⁷. Para os historiadores literários, esta última obra é a confirmação contundente do que Christine argumentou durante toda a sua vida: o potencial moral, intelectual e político das mulheres (Brown-Grant, 1999). Joana se torna uma prova viva para os homens de que não havia base natural ou social para sua exclusão como mulher. Christine de Pizan morreu por volta de 1430 “Christine torna-se uma escritora de fato. Passa a viver de sua produção literária e alcança sucesso entre o público leitor do final da Idade Média. Por fim, morre em 1430, no convento de Poissy, onde vivia desde 1422” (Leite, 2015, p. 12).

Assim, o contexto medieval de exclusão epistêmica e moralização do corpo feminino constitui o pano de fundo contra o qual a intervenção de Christine de Pizan adquire pleno significado revolucionário. Ao recusar tanto a culpa de Eva quanto o silêncio de Maria como únicos modelos possíveis, ela inaugura, no coração da Baixa Idade Média, o primeiro discurso feminista público e sistemático da história Ocidental,

¹⁷ Joana d'Arc foi uma camponesa francesa do século XV que se destacou como líder militar e figura religiosa durante a Guerra dos Cem Anos, ao afirmar ter recebido uma missão divina para libertar a França do domínio inglês e conduzir Carlos VII à coroação. Sua atuação foi decisiva para a vitória francesa em Orléans, em 1429, e para a legitimação política do rei, tornando-se um símbolo de fé, coragem e liderança feminina em um contexto profundamente marcado por restrições de gênero (Pernoud, 1998).

discurso que será aprofundado na *Querelle du Roman de la Rose* (1401–1403) e consolidado em sua obra maior, *A Cidade das Damas*.

3. 2 A importância da trajetória de Christine de Pizan na luta das mulheres

Os argumentos de Pizan, centrados na capacidade intelectual compartilhada por mulheres e homens e na necessidade de acesso igualitário à educação influenciaram diretamente as primeiras teóricas modernas do século XVII e XVIII, como Mary Astell ¹⁸ e Mary Wollstonecraft ¹⁹ e retomados por pensadoras feministas do século XIX e XX. Essas ideias serviram para questionar a subordinação das mulheres na família, na Igreja e no Estado. (Kelly, 1982; Lerner, 1986; Alves; Alves, 2020). Esse legado mostra que o debate iniciado por Pizan não foi apenas uma disputa literária, mas um ponto de partida para repensar as bases do patriarcado.

Nas sociedades *pós-Querelle*, a defesa do saber feminino contribuiu para mudanças graduais nas oportunidades educacionais das mulheres (King, 1991). Embora o acesso ao ensino formal ainda fosse restrito até o século XIX, a fundamentação teórica de Pizan legitimou o engajamento das mulheres em círculos literários e eruditos (Kelly, 1982).

Reformadores do período renascentista e iluminista citaram a capacidade de aprendizado demonstrada por mulheres notáveis do passado Safo, Hipácia, Matilda de Canossa para defender a criação de escolas para moças e a admissão de alunas em universidades (King, 1991). A emergência de salões literários franceses e de academias protestantes na Inglaterra e nos Países Baixos, onde autoras podiam discutir filosofia, ciência e política, foi influenciada por essa tradição de contestação à misoginia.

¹⁸ Mary Astell (1666–1731), escritora e filósofa inglesa, foi uma das primeiras a defender os direitos das mulheres e a igualdade de gênero nos campos da filosofia e da educação. Ela é mais conhecida por escrever em defesa da educação das mulheres e criticar as instituições patriarcais da época. Astell argumenta em seu livro mais famoso, *A Serious Proposal to the Ladies* (1694), que as mulheres devem ser educadas para que possam se tornar intelectualmente e moralmente independentes (Broad, 2016).

¹⁹ Mary Wollstonecraft (1759–1797) foi uma escritora, filósofa e uma defensora fervorosa dos direitos das mulheres, considerada uma das figuras fundadoras do feminismo moderno. Sua obra mais conhecida, *"A Vindication of the Rights of Woman"* (1792), é um dos primeiros textos filosóficos a defender sistematicamente a igualdade educacional e moral entre homens e mulheres (Taylor, 2003).

O legado da *Querelle des Femmes* manifesta-se também em produções culturais. Obras satíricas, como as peças de Molière, parodiavam as disputas intelectuais entre homens e mulheres, mas ao mesmo tempo davam visibilidade a protagonistas femininas instruídas (Calado, 2014). Em Portugal e na Espanha, a recepção dos textos de Pizan contribuiu para a formação de narrativas alternativas sobre heroínas cristãs e mouriscas, como está presente na Literatura de Maria Parda e Sor Juana Inés de la Cruz (King, 1991). Ao recuperar modelos de virtude feminina e mostrar a capacidade das mulheres de governar e legislar, a tradição iniciada por Pizan ajudou a construir uma memória coletiva que inspira lutas contemporâneas por igualdade de gênero.

A permanência da misoginia em discursos religiosos, políticos e jurídicos demonstra que as questões levantadas por Christine de Pizan ainda são atuais (Lerner, 1986). Como lembra Ivone Gebara, acusações absurdas semelhantes às contestadas por Pizan continuam a ser proferidas por líderes e legisladores na sociedade contemporânea (Calado, 2014).

No Brasil, por exemplo, um dos países onde mais se assassina mulheres, figuras públicas como deputados propagam discurso de ódio contra as mulheres. De acordo com a notícia da “CNN Brasil”, um deputado afirmou em 2014 que uma colega parlamentar ‘não merecia ser estuprada’; também noticiado pela “CNN Brasil”, outro deputado em 2022, reduziu mulheres ucranianas refugiadas a objetos sexuais por sua condição econômica, dizendo que elas ‘são fáceis porque são pobres’. Tais declarações reproduzem, quase literalmente, os estereótipos de mulher interesseira, tentadora e moralmente inferior, como os discursos presentes no *Roman de la Rose* e refutados por Pizan há mais de seis séculos.

Assim, revisitar a *Querelle des Femmes* e a obra de Christine de Pizan é essencial para entender as origens históricas das desigualdades de gênero e para refletir sobre estratégias eficazes de resistência. Ao combinar argumentação racional, uso de fontes históricas e retórica moral, Pizan criou um modelo de defesa do saber feminino que permanece inspirador, fornecendo um arcabouço teórico para movimentos feministas atuais e futuros (Brown-Grant, 2003).

No argumento deste trabalho, a imagem funciona como contraponto visual ao programa de Pizan: onde o *Roman* teatraliza a posse, *A Cidade das Damas* reclassifica mérito e credibilidade por critérios públicos e justiça epistêmica (Pizan, 2012; Calado, 2006). A imagem de Pizan, representada na Figura 4, escrevendo sobre

uma mesa, afirma uma autoridade letrada feminina e inscreve a escrita como ofício público, gesto raro para seu tempo.

Elementos como mesa, tinteiro e estante performam um *ethos* de trabalho intelectual, visualizando a tese central da autora: se as mulheres tiverem acesso a espaços de estudo e instrução, demonstrarão igualdade intelectual (Pizan, 2012). A imagem, portanto, condensa a metáfora da cidade como arquivo, fortaleza e escola, articulando espaço material e legitimação simbólica (Calado, 2006).

A trajetória de Christine de Pizan é fundamental para a história da emancipação feminina porque ela é considerada a primeira mulher na Europa a viver profissionalmente de sua escrita e a construir, de modo consciente, uma defesa articulada das mulheres. Como destaca Brown-Grant (2003), Pizan rompeu com modelos culturais que restringiam a mulher ao silêncio e à dependência masculina, assumindo um papel intelectual em um período em que tal posição era praticamente inacessível às mulheres. Sua atuação pública, sua participação em debates literários como a *Querela da Rosa*, e sua produção de obras de caráter político, moral e filosófico demonstram que ela rompeu com as normas de gênero de seu tempo.

Sua obra não apenas denuncia a misoginia literária e filosófica de sua época, mas também oferece uma argumentação sistemática sobre a capacidade intelectual, moral e política das mulheres. Ela foi pioneira ao afirmar que a inferiorização feminina é produzida socialmente, e não decorrente de qualquer limitação natural, ideia que antecipa, em séculos, debates modernos sobre gênero e construção social.

Federici (2019), embora analisando períodos posteriores, indica que a emergência de vozes femininas capazes de questionar estruturas de poder foi fundamental para desestabilizar narrativas patriarcais. A trajetória de Pizan antecipa esse movimento, pois mostra que a mulher pode ocupar lugares de autoridade intelectual mesmo em contextos profundamente hierarquizados.

Enquanto Gerda Lerner (2019) argumenta que recuperar mulheres que produziram conhecimento é essencial para desfazer a falsa ideia de que o patriarcado é natural ou eterno; nesse sentido, Pizan é uma prova histórica material de que as mulheres pensaram, escreveram e produziram teoria muito antes do surgimento do feminismo moderno.

Christine de Pizan transformou a própria vida em argumento: ao assumir o trabalho intelectual e ao defender publicamente as mulheres, ela estabeleceu um precedente histórico. Seu legado reside não apenas no conteúdo feminista pioneiro

de suas obras, mas no fato de ter performedo a possibilidade de uma mulher pensar, escrever, debater e influenciar discursos. Por isso, sua trajetória é reconhecida como um marco inicial do pensamento protofeminista europeu. Ela abriu portas simbólicas que permitiram que outras mulheres, séculos depois, reivindicassem acesso à educação e ao espaço público.

Assim, Christine de Pizan desempenha papel decisivo na história da luta das mulheres, tanto pelo gesto político de sua escrita quanto pela criação de uma narrativa afirmativa do valor feminino. Suas obras e trajetória ecoam ainda hoje por representar um marco fundador na história das mulheres e do pensamento “feminista” ocidental, não apenas pelo conteúdo de suas obras, mas sobretudo pelo gesto histórico que elas performam: pela primeira vez na Europa medieval, uma mulher transforma a escrita em profissão remunerada, ocupa o espaço público letrado e constrói, de forma consciente e sistemática, uma defesa articulada do sexo feminino contra a tradição misógina consolidada.

Sua intervenção pública na *Querelle du Roman de la Rose* constitui o primeiro posicionamento documentado de uma mulher em defesa coletiva das mulheres em um debate letrado de elite. Ao confrontar diretamente clérigos, universitários e altos funcionários do reino, Christine não apenas desmontou ponto a ponto a misoginia de Jean de Meun, mas criou um novo gênero discursivo: a polêmica “feminista” pública por escrito (Kelly, 1982; Lerner, 1986; Mcwebb, 2013).

Por tudo isso, a trajetória de Christine de Pizan é vista como um marco inicial do pensamento “feminista”, ainda que anterior ao termo, por construir uma crítica consistente ao patriarcado medieval e projetar um futuro no qual as mulheres podem ocupar lugares de fala, de estudo e de poder. Seu legado não se limita ao conteúdo de suas obras, mas ao ato político de ter transformado a própria vida em prova viva da capacidade intelectual, moral e política das mulheres, prova que continua a inspirar lutas por igualdade de gênero até os dias atuais.

CONCLUSÃO

A obra *A Cidade das Damas*, publicada por Christine de Pizan em 1405, constitui não apenas uma resposta contundente à tradição misógina medieval, mas o ato fundador de um discurso “feminista” público e erudito na Europa ocidental. Partindo da crise pessoal desencadeada pela leitura de textos difamatórios especialmente a segunda parte do *Roman de la Rose* de Jean de Meun, Pizan transforma o desespero em projeto político-epistêmico: a edificação alegórica de uma cidade-fortaleza onde Razão, Retidão e Justiça legitimam, de forma sistemática, o saber e a virtude femininos (Calado, 2006; Brown-Grant, 1999; Benevenuto, 2021).

A Cidade das Damas legitima o saber feminino e quais estratégias argumentativas sustentam a figura da “mulher intelectual” como sujeito de conhecimento. Para isso, analisamos: (i) o contexto histórico e a *querelle des femmes*; (ii) a arquitetura alegórica Razão, Retidão, Justiça; e (iii) as tipologias de saber mobilizadas por Christine e seus critérios de legitimação. Demonstrou-se que a autora desloca explicações essencialistas para uma leitura socioeducacional das diferenças, defendendo a equivalência intelectual condicionada ao acesso à instrução (Calado, 2006).

No pano de fundo da Baixa Idade Média, marcado pelo duplo padrão Eva/Maria, a primeira associada à culpa e à concupiscência, a segunda à pureza e ao silêncio, Pizan recusa a gramática dicotômica que restringia a credibilidade feminina. Em vez de submeter mulheres a modelos morais excludentes, reclassifica o mérito por critérios públicos (invenção, governo, autoria, prudência), aproximando-o do que hoje chamamos de justiça epistêmica. Essa virada se adensa na polêmica com o *Roman de la Rose* e reposiciona a defesa moral das mulheres no coração do debate letrado (Brown-Grant, 2003; Lerner, 1986).

No interior da obra, a tríade alegórica opera como mecanismo de legitimação: Razão reabre o exame crítico das acusações; Retidão normatiza condutas e aciona o exemplum; Justiça estabiliza a distribuição do mérito e a memória feminina. O amplo catálogo poetas, inventoras, governantes, santas funciona simultaneamente como prova histórica e material pedagógico, desconstruindo estereótipos pela recorrência de casos positivos (Calado, 2006). A tipologia reconstruída (literário/poético; técnico-artesanal; político; moral/teológico) evidencia que Pizan legitima o conhecimento

feminino tanto por efeitos públicos (obras, invenções, governo) quanto por virtudes intelectuais e morais (engenho, prudência, integridade), antecipando argumentos que ressurgem em debates modernos sobre educação e cidadania (Kelly, 1982; Lerner, 1986).

Ao sistematizar tipologias de saber e critérios de legitimação em *A Cidade das Damas*, este estudo oferece um modelo analítico para investigações sobre autoridade feminina na Idade Média e suas recepções posteriores. O enquadramento retórico-argumentativo aqui adotado permite articular, de modo operacional, alegoria e política do acesso escolar como chaves de leitura do texto.

Para Lerner (2019) a falta de conhecimento das mulheres sobre sua história e protagonismo em busca de espaço na sociedade é uma das amarras que as fazem retroceder em uma longa caminhada, mantendo-as subordinadas aos homens. “A falta de conhecimento do passado feminino nos privou de heroínas femininas, fato que apenas há pouco tempo vem sendo corrigido através do desenvolvimento da História das Mulheres.” (Lerner, 2019, p.309)

Por isso, *A Cidade das Damas*, justifica o saber feminino ao articular um edifício retórico consistente e um repertório histórico robusto, no qual educação é condição de possibilidade e mérito o critério público. Ao reabrir a história por meio de *exempla* e reorganizar os termos do debate, Christine de Pizan reinscreve as mulheres como produtoras e guardiãs de conhecimento, um horizonte que permanece atual para os estudos de “gênero” e para as lutas contemporâneas por igualdade (Calado, 2006; Brown-Grant, 2003).

A combinação entre alegoria estável (as três Damas) e variação exemplificativa produz um edifício retórico singular: ao mesmo tempo arquivo memorial, tribunal de provas e escola de virtudes, *A Cidade das Damas* funciona como o primeiro modelo documentado de “justiça epistêmica de gênero”, seis séculos antes da consolidação do “feminismo moderno” (Brown-Grant, 2003; Benevenuto, 2021). Pizan não pede inclusão no espaço letrado masculino; ela o reconfigura, demonstrando que a capacidade intelectual não tem sexo e que a educação é a condição de possibilidade da excelência feminina.

Por meio da virtude, educação e imagem da cidade, *O Livro da Cidade das Damas* de Christine de Pizan é um contraponto pioneiro às estruturas patriarcais. Ela propôs uma nova perspectiva social e intelectual sobre a dignidade feminina: um

legado que continuará a gerar debates nos estudos feministas e nos debates de “gênero”.

Christine de Pizan sustenta que, por séculos, a desigualdade entre homens e mulheres não foi causada por qualquer incapacidade intrínseca. Ela prova que os estereótipos negativos sobre as mulheres são falsos e questiona a tradição que dizia às pessoas que elas eram moral e intelectualmente inferiores. Pizan também identifica formas particulares de “violência simbólica” que moldam a imagem e o conhecimento das mulheres.

O estudo do Livro *A Cidade das Damas* ainda é relevante na modernidade, em parte, porque expõe a violência infligida às mulheres e fornece ferramentas para combater, por exemplo, o “feminicídio”, que afeta profundamente o tecido da sociedade. As ideias de Pizan ainda são relevantes porque ela fez muito para mostrar que os imaginários sociais que sustentam a dominação masculina e a normalização da violência contra as mulheres precisam ser reestruturados.

O Livro *A Cidade das Damas* serve como um testemunho de resistência intelectual e um chamado para a construção de novos locais de reconhecimento. Enquanto discursos que naturalizam as desigualdades de “gênero” persistirem, ontem em tratados clericais e hoje em discursos públicos que reduzem as mulheres a estereótipos, a voz de Christine de Pizan permanecerá como uma testemunha da história não como dada, mas construída; que cabe a cada geração — especialmente às mulheres — construir cidades nas quais a razão, a retidão e a justiça sejam o patrimônio comum de cada pessoa.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2006.

PIZAN, C. de. **A cidade das damas**. Tradução e apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, A.; ALVES, M. Christine de Pizan e a construção de uma genealogia feminina. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v.9, n.2, 2020.

ARMSTRONG, K. **Uma breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ASSIS, R. C. de; DEPLAGNE, L. C. **Tradução, transculturalidade e ensino: de Christine de Pizan à contemporaneidade**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

BADEL, P.-Y. **Introduction à la vie littéraire du Moyen Âge**. Paris: Bordas, 1980.

BANDEIRA, Lourdes Maria; CAICEDO-ROA, Mônica; CORDEIRO, Ricardo Carlos. Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, e83829, 2022. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n383829.

BAUER, E. N. **Em defesa do feminino: Christine de Pizan e a construção da autoridade feminina na Idade Média**. Curitiba: UNESPAR, 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Christine de Pizan: a escritora que foi pioneira do feminismo em plena Idade Média**. BBC News Brasil, 8 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz9xvvvnl40o>>. Acesso em: 29 dez. 2025.

BELL, S. G. **Medieval women book owners...** Signs, v.7, 1982.

BENVENUTO, F. **Christine de Pizan: razão e educação...** Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/251910>
Acesso em: 2 out. 2025.

BRABANT, Margaret (org.). **Feminism and the Middle Ages**. Oxford: Blackwell, 1992.

BROAD, Jacqueline. **Mary Astell**. In: Stanford Encyclopedia of Philosophy. 2016.
Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/mary-astell/>

BROWN, Raymond E. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Paulus, 1990.

BROWN-GRANT, R. **Christine de Pizan and the moral defence of women**.
Cambridge UP, 1999.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALADO, L. E. de F. **A cidade das damas...** Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7590> Acesso em: 2 out. 2025.

CALADO, M. **Misoginia e resistência na Idade Média**. São Paulo: Annablume, 2006.

CEIA, Carlos. **"Sobre o conceito de alegoria"**. Matraca, n. 10, ago. 1998. Disponível em: <<https://www.pgletras.uerj.br/matraca/nrsantigos/matraca10ceia.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2025.

CNN BRASIL. **Áudios atribuídos a Arthur do Val...** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/audios-atribuidos-a-arthur-do-val-dizem-que-ucranianas-sao-faceis-porque-sao-pobres/> Acesso em: 21 nov. 2025.

DALARUN, J. **Olhares de clérigos**. In: História das mulheres, Afrontamento, 1993.

DELACAMPAGNE, C. **Le Roman de la Rose ou la naissance de la misogynie moderne**. In: Histoire de la misogynie, 1994.

DELANY, S. **Writing woman...** NY: Schocken Books, 1991.

DELHAYE, Philippe. **Godofredo de Vendôme**. In: ROUX, Georges (org.). *Dicionário de História da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1994. p. 412–413.

DOS SANTOS, A. B. E. **Christine de Pizan e a educação de mulheres...** RIAE, 2021.

DUBY, G. **A mulher e o privado**. In: *História das mulheres no Ocidente*, 1990.

DUBY, G. **O cavaleiro, a mulher e o padre**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2004.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERRANTE, J. M. **To the glory of her sex**. Indiana UP, 1997.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. *Oxford: Oxford University Press, 2007*.

FLEMING, J. V. **The Roman de la Rose...** Princeton UP, 2008.

HANSEN, João Adolfo. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Atual, 1986.

HICKS, E. **Le Débat sur le Roman de la Rose**. Paris: Champion, 1977.

HULT, D. F. **Debate of the Romance of the Rose**. Chicago UP, 2010.

HUOT, S. **The Romance of the Rose...** Cambridge UP, 1993.

KARAWEJCZYK, M. **Christine de Pisan: uma feminista no medievo?** *Historiæ*, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6214> Acesso em: 2 out. 2025.

KELLY-GADOL, Joan. **Early feminist theory and the “Querelle des Femmes”:** 1400–1789. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 8, n. 1, p. 4–28, out. 1982.

KELLY-GADOL, Joan. **Did Women Have a Renaissance?** In: BRIDENTHAL, Renate; KOONZ, Claudia (Org.). *Becoming Visible: Women in European History. Boston: Houghton Mifflin*, 1977. p. 137–164.

KELLY, J. **Women, history and theory.** Chicago UP, 1984.

KING, M. L. **Women of the Renaissance.** Chicago UP, 1991.

KÖHLER, E. **L'avventura cavalleresca.** Bologna: Il Mulino, 1974.

KULKAMP, C. **A atualidade da obra A Cidade das Damas.** *Revista Ideação*, 2020.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, Jacob. **Malleus Maleficarum.** 1486.

KRUEGER, R. L. **Women readers...** Cambridge UP, 1993.

LAIDLAW, J. **Christine de Pizan, the Earl of Salisbury...** *French Studies*, 2014.

LANGLOIS, E. **Le Roman de la Rose...** Paris: Firmin-Didot, 1914.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo.** Rio: Relume Dumará, 2001.

LEITE, M. C. **Christine de Pizan e a Querelle...** São Paulo: Humanitas, 2008.

LEITE, L. **Christine de Pizan: uma resistência.** São Paulo: Chiado, 2015. A

LEITE, L. **Christine de Pizan: uma resistência feminina na Idade Média**. Curitiba: Appris, 2015. B

LEITE, L. **Christine de Pizan: uma resistência na aprendizagem da moral de resignação**. São Paulo, 2008.

LEWIS, C. S. **The allegory of love: a study in medieval tradition**. Oxford: Oxford University Press, 1936.

LERNER, G. **The creation of patriarchy**. New York: Oxford University Press, 1986.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVACK, Brian P. **The Witch-Hunt in Early Modern Europe**. Londres: Routledge, 2016

MACEDO, J. R. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 2002.

MARK, Joshua J. **Christine de Pizan**. World History Encyclopedia, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/Christine_de_Pizan/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

MARONEZE, A. R. **Patriarcado, desigualdade de gênero e violência**. Coisas do Gênero, 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/genero> Acesso em: 21 nov. 2025.

MATHEOLUS. **Les Lamentations de Matheolus**. Tradução do latim para o francês por Jean Le Freve de Resson. Paris: Champion-Honoré, 1992.

MCLAUGHLIN, M. **The woman warrior: gender, warfare and society in medieval Europe**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

MCWEBB, C. (org.) **Le débat sur le Roman de la Rose: une anthologie**. Montreal: PUM, 2013.

MCWEBB, C. **Debating women's nature: from Querelle des femmes to Querelle du Roman de la Rose**. French Studies, 2013.

MEDEIROS, M. M.; SILVA, A. C. **Sexualidade e a história da mulher na Idade Média**. História em Reflexão, v.7, 2013.

MEUN, J. de; LORRIS, G. de. **O Romance da Rosa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

MÜLLER, Friedrich. **Herrad von Landsberg and the Hortus Deliciarum: An Illustrated Medieval Encyclopedia**. Turnhout: Brepols, 2001.

NEWMAN, Barbara. **Sister of Wisdom: St. Hildegard's Theology of the Feminine**. Berkeley: University of California Press, 1998.

ÖZBEY, K. V. **The representation of women's experience in The Book of the City of Ladies**. Ortaçağ Araştırmaları Dergisi, 2024.

PARÉ, G. **Les idées et les lettres au XIIIe siècle: le Roman de la Rose**. Montréal: Le Cercle du Livre de France, 1952.

PAUSE, V. A. **A cidade das Damas...** Chapecó, 2022.

PERNOUD, R. **O mito da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PIZAN, C. de. **Epístolas sobre o Roman de la Rose e outros escritos**. Lisboa: Cotovia, 2000.

RIVERA GARRETAS, M.-M. **La diferencia sexual en la historia**. València: Publicacions de la Universitat de València, 2005.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, D. E. **O alegórico e as vozes antimisóginas como estratégia narrativa...** UFPB, 2016.

SCHMIDT, A. R. **Christine de Pizan**. Blogs UNICAMP, 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia> Acesso em: 16 nov. 2025.

SCHMIDT, A. R. **Christine de Pizan e o humanismo francês**. Dois Pontos, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/71979> Acesso em: 20 set. 2025.

SCHMIDT, A. R. **Christine de Pizan**. Blog Mulheres na Filosofia, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/cristina-de-pizan/> Acesso em: 15 set. 2025.

SCHMIDT, G. **Christine de Pizan: a construção da autoridade feminina**. São Paulo: Annablume, 2020.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 1995.

TAYLOR, Barbara. **Mary Wollstonecraft and the Feminist Imagination**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

VAN HOOFF, Ludo. **João Crisóstomo**. In: **Dictionnaire d'Histoire et de Géographie ecclésiastiques**. Paris: Letouzey et Ané, 2000. p. 567–569.

WILLARD, C. C. **Christine de Pizan: her life and works**. New York: Persea Books, 1984.

ZIERER, A. **Significados medievais da maçã**. Mirabilia, 2001. Disponível em: <https://guiamedieval.webhostusp.sti.usp.br/significados-medievais-da-maca-fruto-proibido-fonte-de-conhecimento-ilha-paradisiaca/> Acesso em: 27 nov. 2025.

APENDICE A – Quadro de codificação dos exemplares

Personagem	Época/Origem	Área de saber	Passagem/episódio (obra)	Critério de legitimação
Cornificia (<i>var. Comificia/Falcona</i>)	Roma antiga	Literário/poético	Livro I, cap. XXVIII, p. 176–178	Autoria e mestria textual; reconhecimento letrado por pares
Proba	Roma tardia	Literário/poético	Livro I, cap. XXIX, p. 178–179	Domínio técnico do verso (cento bíblico); autoridade textual
Safo	Grécia antiga	Literário/poético	Livro I, cap. XXX, p. 180	Excelência poética; eloquência e erudição
Minerva	Mitologia greco-romana	Técnico/artesanal	Livro I, cap. XXXIV, p. 185–186	Invenção e ensino das artes/ofícios (fiar, tecer); utilidade social
Nicóstrata/Carmenita	Mitologia romana	Técnico/linguístico	Livro I, cap. XXXIII, p. 185	Invenção do alfabeto e fundação da gramática
Ceres	Mitologia romana	Técnico/civilizatório	Livro I, cap. XXXV, p. 188	Invenção da agricultura; ordenação da vida urbana
Semíramis	Antiguidade oriental (Assíria)	Político/militar	Livro I, cap. XV, p. 154	Governo prudente; disciplina e expansão/defesa de território

Sibilas (conjunto)	Antiguidade mediterrânea	Moral/teológico	Livro II, cap. I, p. 209–210	Profecia/clarividência; autoridade espiritual reconhecida
-------------------------------	-----------------------------	-----------------	---	---

Fonte: elaboração própria a partir de Christine de Pizan (1405), edição/tradução em português indicada nas referências e estudos citados.